

CE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

AGOSTO - DEZEMBRO

55ª LEGISLATURA - ANO 2015
SENADO FEDERAL



FOTO: ROBERTO CASTRO / ME





CE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

AGOSTO - DEZEMBRO

55^a LEGISLATURA - ANO 2015
S E N A D O F E D E R A L

COMPOSIÇÃO

Presidente
Senador Romário
PSB-RJ



Vice-Presidente
Senadora Fátima Bezerra
PT-RN



Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)

Titulares



Senadora
Fátima
Bezerra
PT-RN



Senadora
Angela
Portela
PT-RR



Senador
Donizeti
Nogueira
PT-TO



Senador
Cristovam
Buarque
PDT-DF



Senador
Lasier
Martins
PDT-RS



Senador
Paulo Paim
PT-RS

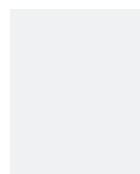


Senador
Wilder Moraes
PP-GO



Senador
Gladson
Cameli
PP-AC

Suplentes



Vago



Senadora
Regina Sousa
PT-PI



Senador
Zezé Perrella
PDT-MG



Senador
Walter
Pinheiro
PT-BA



Senador
Telmário
Mota
PDT-RR



Senador
Lindbergh
Farias
PT-RJ



Senador
Ciro Nogueira
PP-PI



Senadora
Ana Amélia
PP-RS

Bloco da Maioria (PMDB)

Titulares



Senadora
Simone Tebet
PMDB-MS



Senadora
Sandra Braga
PMDB-AM



Senador
João Alberto
Souza
PMDB-MA



Senadora
Rose de
Freitas
PMDB-ES



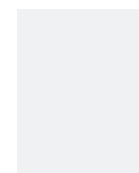
Senador
Otto Alencar
PSD-BA



Senador
Dário Berger
PMDB-SC



Senador
Jader Barbalho
PMDB-PA



Vago

Suplentes



Senador
Raimundo Lira
PMDB-PB



Senador
Roberto
Requião
PMDB-PR



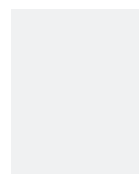
Senador
Ricardo
Ferraço
PMDB-ES



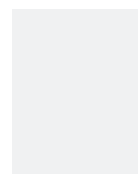
Senador
Hélio José
PSD-DF



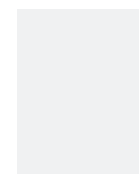
Senadora
Marta Suplicy
PMDB-SP



Vago



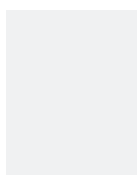
Vago



Vago

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Titulares



Senador
Ricardo
Franco
DEM-SE



Senador
José
Agripino
DEM-RN



Senador
Álvaro Dias
PSDB-PR

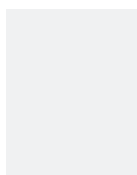


Senador
Antonio
Anastasia
PSDB-MG



Senador
Dalírio
Beber
PSDB-SC

Suplentes



Vago



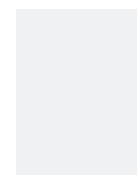
Senador
Ronaldo
Caiado
DEM-GO



Senador
Aloysio
Nunes
PSDB-SP



Senador
Ataídes
Oliveira
PSDB-TO



Vago

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Titulares



Senadora
Lídice da Mata
PSB-BA



Senador
Romário
PSB-RJ



Senador
Roberto Rocha
PSB-MA

Suplentes



Senador
Antonio
Carlos
PSB-SE



Senador
Randolfe
Rodrigues
REDE-AP



Senador
Fernando
Bezerra
PSB-PE

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)

Titulares



Senador
Blairo Maggi
PR-MT

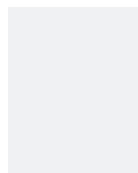


Senador
Eduardo
Amorim
PSC-SE

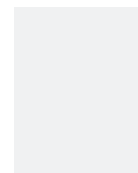


Senador
Douglas
Cintra
PTB-PE

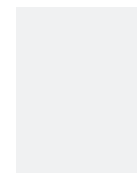
Suplentes



Vago



Vago



Vago

MENSAGEM DO PRESIDENTE

“Na capa desta edição do informativo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), procuramos ilustrar um dos grandes acontecimentos esportivos, culturais e, também, educativos do ano de 2015. Entre os dias 23 de outubro e 1º de novembro deste ano, o Brasil sediou a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em Palmas, no Tocantins. O mote da competição foi:

“Em 2015, somos todos indígenas”. E, no Brasil, somos mesmo.

Como povos originários do território que veio a se tornar o Brasil, os indígenas são parte da nossa história e da nossa cultura. Ainda que falemos que o Brasil foi “descoberto”, esta terra já era habitada por essas etnias das quais todos nós temos alguma herança. É fundamental que preservemos e, acima de tudo, exaltemos as crenças e os costumes desses povos, a quem devemos tanto de nossa história.

Durante os Jogos Mundiais, mais de 2 mil indígenas de todos os cinco continentes do mundo tiveram a oportunidade de trocar experiências culturais, competir em oito modalidades esportivas e confraternizar na Oca da Sabedoria, um espaço para o acolhimento de debates, reflexões, intercâmbios e mostras artesanais. Só do Brasil, participaram cerca de 24 etnias indígenas diferentes. No total, os jogos receberam representantes de povos originários de 22 países.

Além de mostrarem toda a força nos esportes tradicionais, os participantes deram demonstrações de diversidade, culto ao esporte e orgulho pelo que representam a todas as culturas das quais fazem parte.

Que venham os próximos jogos mundiais.”

Senador Romário (PSB-RJ)



34^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

5 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



CE PROMOVE AUDIÊNCIA SOBRE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal promoveu uma audiência pública sobre os programas de incentivo à educação superior do governo federal. O debate foi motivado especialmente devido a cortes orçamentários anunciados no período. Foram objetos de avaliação o Ciência sem Fronteira, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e

o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Na audiência, o secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa, disse que o governo está se esforçando para não prejudicar os programas de bolsas estudantis no atual cenário de crise econômica. De acordo com ele, atualmente, há cerca de 7,4 milhões de alunos matriculados no ensino superior, entre os quais 45% dependem de programas como o Fies e o Prouni para ter acesso às universidades.

“O Fies é de extrema importância por razões históricas. Nós sabemos que há pessoas de mais idade, que trabalham, que não conseguem uma vaga em universidade pública, que não podem ir para o Prouni, então vão para o Fies. O Fies precisa e vai ser mantido. Só em 2014 foram mais de 700 mil contratos firmados no âmbito do programa”, explicou o secretário.

Segundo ele, os avanços da educação superior no Brasil estão na expansão das universidades públicas superiores e dos institutos fede-

rais, do Prouni, do Pronatec, do Fies e da Universidade Aberta do Brasil.

O diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, criticou a recente decisão do MEC de elevar os juros de novos contratos do Fies de 3,4% para 6,5% ao ano. Segundo ele, os maiores prejudicados são os bolsistas mais pobres.

Na audiência, a senadora Fátima

Bezerra (PT-RN), que presidiu a sessão, fez um apelo para que o MEC encontrasse uma saída para o impasse da greve dos funcionários das universidades federais, que ocorria no período.

Participaram também da audiência pública a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader; o presidente do Fundo Nacional

de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Antônio Alencar; a integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Elizabeth Guedes; e a presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), Bárbara Melo.

Com informações da Agência Senado



35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

5 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



APROVADO PRÊMIO SENADOR JONAS PINHEIRO DO MÉRITO AGROPECUÁRIO

ACE aprovou projeto de resolução que cria o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário (PRS 19/2015), que será oncedido anualmente pelo Senado a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras que tenham se destacado pela prestação notória de serviços relevantes em prol do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. O projeto seguiu para a Mesa do Senado.

De acordo com o projeto, rela-

tado pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), o prêmio consistirá em diploma de menção honrosa e outorga de placa, medalha ou troféu, e deverá ser concedido em sessão especialmente dedicada a esse fim. Os critérios para a concessão do prêmio deverão ser estabelecidos por comissão criada com essa finalidade, no âmbito do Senado, e que poderá contar com representantes da Presidência da República, da Câmara dos Deputados e de entidades

da sociedade civil.

O autor do projeto, senador José Medeiros (PPS-MT), explicou que a iniciativa tem por finalidade estimular as ações voltadas ao progresso do agronegócio, particularmente nos setores da agricultura e da pecuária. Ele esclarece que a escolha do patrono homenageia um dos pioneiros da extensão rural no Brasil, o senador Jonas Pinheiro, morto em 2008.

DOCÊNCIA

ACE também aprovou requerimento em que solicitou informações ao então ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, sobre o Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) de 2010 a 2015. Embora o governo tenha adotado o lema “Pátria Educadora”, promoveu um corte de R\$ 9 bilhões no Ministério da Educação e há pouca transparência quanto aos efeitos dessa medida sobre os programas da pasta, disse a autora do requerimento, senadora Simone Tebet.

A senadora questiona a evolução do número de bolsistas de 2010 a 2015, as metas anuais de incorporação de novos bolsistas até 2018 e o montante de recursos destinados ao Pibid nos exercícios de 2014 e 2015, assim como o valor dos recursos contingenciados nesse período.

Com informações da Agência Senado

DESEMPREGO

Outro requerimento aprovado na comissão convocou o então ministro do Trabalho, Manoel Dias, e a presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Bivar, para esclarecerem no colegiado os critérios e a metodologia do cálculo de desemprego no Brasil. O requerimento foi apresentado pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Para o autor do projeto, é fundamental que o Senado compreenda exatamente quais são os critérios adotados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho para a identificação do número de desempregados no Brasil, já que esse índice orienta, substancialmente, os investimentos públicos que interferem diretamente na variação do índice de desemprego, tais como aqueles em educação.

Com informações da Agência Senado



36ª SESSÃO ORDINÁRIA

11 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

CE APROVA 11 ITENS DA PAUTA EM DIA MOVIMENTADO

Onze itens da pauta da CE foram aprovados na 36ª sessão, entre os quais relatórios de projetos de lei, requerimentos e projeto de resolução. A comissão foi presidida excepcionalmente pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

O relatório do projeto de lei que institui o Dia Nacional da Educação Profissional (PLC 62/2015), da senadora Fátima Bezerra (PT/RN), foi

aprovado e depende de deliberação em Plenário. Na pauta extra, foi aprovada a urgência na tramitação do PL.

A comissão também aprovou a criação do Diploma Nise da Silveira, que deverá ser concedido pelo Senado todos os anos a três personalidades que se destacarem no desenvolvimento de técnicas de tratamento humanizado na área da saúde. A instituição da homenagem será analisada ainda pela

Comissão Diretora do Senado.

Foram aprovados ainda requerimentos para a realização de audiências públicas, entre as quais sobre o reconhecimento do valor pedagógico da capoeira, a instituição do Dia Nacional de Combate à Tortura, do Dia Nacional do Surdo, do Dia Nacional do Celíaco, educação no trânsito e capacitação policial.

Com informações da Agência Senado

“A instituição do Dia Nacional da Educação Profissional valorizará a educação profissional e fomentará a formação qualificada de profissionais técnicos, atendendo as demandas produtivas e tecnológicas dos setores produtivos do Brasil”

Senadora Fátima Bezerra

CE APOIA A ZICO PARA PRESIDÊNCIA DA FIFA

ACE aprovou requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para o apoio formal à candidatura de Zico à presidência da Federação Internacional de Futebol (Fifa). O ex-jogador e hoje técnico da modalidade lançou sua candidatura ao pleito marcado para o dia 26 de fevereiro de 2016.

Alvaro Dias acredita que a eleição de Zico será importante para o país e para o esporte. O senador considera Zico um profissional com competência e credibilidade para

“O futebol movimenta por ano mais de U\$ 200 bilhões em todo o mundo. Gera empregos, renda, receitas públicas e oportunidades de ascensão social para inúmeras famílias.”

Senador Álvaro Dias

realizar mudanças na gestão da Fifa. A entidade é alvo de denúncias de corrupção que levaram à prisão de diversos dirigentes.

No requerimento, Alvaro Dias reiterou que o apoio formal da Comissão de Educação poderá ser o início simbólico de um movimento de fortalecimento da candidatura do brasileiro.

Com informações da Agência Senado



37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

12 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



AUDIÊNCIA DEBATE JOGOS MUNDIAIS INDÍGENAS

Os primeiros Jogos Mundiais Indígenas serão realizados em Palmas, capital do Tocantins, entre os dias 23 de outubro e 1º de novembro. O impacto e o legado do evento na cidade e no país foram discutidos em audiência pública na CE.

Durante a audiência, foi mostrado um vídeo, apresentado pelo secretário extraordinário dos Jogos pela prefeitura de Palmas, Hector Franco, com depoimentos e notícias de veículos de comunicação estrangeiros sobre o evento. Foram destacados trechos de afirmações de correspondentes da agência de notícias Reuters segundo

as quais os Jogos Mundiais Indígenas serão tratados pela empresa jornalística “com a mesma dimensão que terão os Jogos Rio 2016”.

No período, a expectativa era de que cerca de 2 mil atletas participassem da competição, representantes de mais de 30 países dos cinco continentes, entre eles Rússia, China, Japão, Austrália, Noruega, Nova Zelândia, Nigéria e Filipinas, além de nações africanas e das três Américas.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), ressaltou que durante sua carreira de atleta profissional percebeu a importância do esporte na congregação e na compreensão das

diversas culturas de todo o mundo.

“Que bom que durante todos os dias serão realizados debates, shows e feiras de valorização da cultura dos povos indígenas”, disse Romário.

O funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um dos coordenadores dos jogos, Marcos Tereza, confirmou que, paralelamente às competições, seriam realizadas séries de atividades, como debates e articulações de movimentos sociais, uma feira de alimentação indígena, um desfile de moda e uma feira de artesanato.

LEGADO

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) afirmou não ter dúvidas de que os jogos seriam um sucesso e poderiam promover Palmas como um destino de qualidade para o turismo de eventos e de aventura. Ele questionou, todavia, outros legados que a realização do evento poderia trazer.

Em resposta ao senador, o representante da prefeitura de Palmas, Hector Franco, afirmou acreditar que o maior legado dos jogos deverá ser intangível, ou seja, “a promoção dos valores e das boas filosofias indígenas não só em nosso país como em todo o mundo”. Franco lembrou que a Vila Olímpica, depois dos Jogos, abrigará uma escola em tempo integral, um centro de eventos e um espaço para a prática de esportes que poderá ser usufruído tanto por atletas quanto pela população.

Franco citou ainda, entre os legados, a reforma do Estádio Nilton Santos, o Engenhão, que será usado para as competições de futebol, e a valorização das áreas tanto em torno

da Vila Olímpica quanto do próprio estádio. Disse ainda que essas áreas deverão, no futuro, ser integradas aos trechos atendidos pelo BRT (*Bus Rapid Transit*) do município.

A vice-governadora do Tocantins, Claudia Lelis, afirmou que a parceria do estado com a prefeitura e o governo federal garantiria um padrão de excelência para a organização dos jogos, comparável ao visto na Copa do Mundo.

Lelis acredita que os jogos são uma janela para demonstrar a todo o mundo a possibilidade de integrar as culturas e os modos de vida de povos tradicionais, num processo de colaboração e conhecimento mútuo sem aculturação.

APOIO DOS SENADORES

Outros senadores também participaram da audiência e demonstraram apoio ao evento. Lídice da Mata (PSB-BA), uma das autoras do requerimento para realizar a audiência, garantiu que vai trabalhar para que a Bahia sedie a edição seguinte dos Jogos Nacionais Indígenas.

Telmário Mota (PDT-RR) reclamou de pontos do conjunto de propostas voltadas à retomada do crescimento do país, a Agenda Brasil, defendida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). No entender de Telmário, os direitos indígenas podem ser atingidos pelas eventuais ações da Agenda. Ele citou especificamente os novos marcos regulatórios da mineração, quanto à produção e o licenciamento em áreas indígenas.

Durante a audiência, o representante da Funai, Marcos Terena, revelou que mantém sua reivindicação junto à presidente Dilma Rousseff, para que nomeie um índio para a presidência da Funai. Ele vê a situação atual do órgão como de “falência, esvaziamento e enfraquecimento político. Isso, para ele, é responsabilidade de gestões passadas”, a despeito de haver funcionários capacitados.

Com informações da Agência Senado



FOTO: ROBERTO CASTRO/ME

38ª SESSÃO ORDINÁRIA

18 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

PLS CRIA COTA NO *SISTEMA S* PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Mulheres vítimas de violência doméstica poderão ter vagas reservadas em cursos oferecidos pelo Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema “S”), conforme prevê o projeto de lei aprovado pela CE (PLS 233/2013). A proposta, de autoria do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TP), seguiu para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Ataídes lembrou a luta contra a violência doméstica e familiar que aflige muitas mulheres em todo o

mundo e ressaltou a necessidade de busca de novas estratégias para eliminar essa forma de submissão e violência.

Com parecer favorável da relatora, senadora Sandra Braga (PMDB-AM), o PL estabelece que 5% das vagas oferecidas pelos serviços nacionais de aprendizagem Industrial (Senai), Comercial (Senac), Rural (Senar), do Transporte (Senat) e do Cooperativismo (Sescoop) devem ser destinadas a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar.

Também será reservado o mesmo percentual de vagas dos cursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Os cursos serão gratuitos e as entidades precisarão comunicar semestralmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) o total de mulheres atendidas.

“Esses 5% para a qualificação dessas mulheres representam praticamente nada para o Sistema S, que dispõe de mais de R\$ 18 bilhões”, avaliou Ataídes.

“É nesse contexto que se deve enquadrar o projeto apresentado, o qual, mediante o acesso à educação, aumenta as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a mulher, favorecendo o rompimento do ciclo de violência a que muitas são submetida”

Senador Ataídes Oliveira

A senadora Sandra Braga também chamou atenção para a importância da independência financeira para a mulher vítima de violência doméstica conseguir sair da situação de risco.

“É preciso que elas tenham a oportunidade de serem inseridas no mercado de trabalho”, disse.

A preocupação de Ataídes Oliveira recebeu o apoio ainda dos senadores Ângela Portela (PT-RR), Paulo Paim (PT-RS) e Simone Tebet (PMDB-MS).

Com informações da Agência Senado



39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

19 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



CORREÇÃO DO PISO DOS PROFESSORES MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Divergências sobre os critérios de reajuste do piso nacional dos professores marcaram audiência pública realizada na CE para debater a valorização dos profissionais de educação. A consultora de Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Mariza Abreu, defendeu a aprovação de projeto de lei do Executivo que corrige o piso pela variação acumulada do Índice Nacio-

nal de Preços ao Consumidor (INPC) nos doze meses anteriores à data do reajuste (PL 3776/2008).

Na presidência da reunião, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) discordou da mudança, proposta em 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em tramitação na Câmara dos Deputados. Foi graças ao critério estabelecido pela Lei 11.738/2008 - o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo

por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano - que o piso teve um ganho real (acima da inflação) de 37% entre 2010 e 2015. O valor está hoje em R\$ 1.917,78.

O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Binho Marques, disse que o ministério, reconhecendo os impactos financeiros produzidos pela forma de atualização prevista na Lei 11.738 nas folhas de

pagamento de pessoal do quadro do magistério da educação básica, criou um fórum permanente para acompanhamento do assunto.

De acordo com Marques, o fórum terá o objetivo de propor mecanismos para a obtenção e a organização de informações sobre o cumprimento do piso pelos entes federativos, bem como sobre os planos de cargos, carreira e remuneração. O fórum será composto por representantes dos trabalhadores, dos secretários municipais e estaduais de educação e do Ministério da Educação, entre outros órgãos.

Conforme o representante do MEC, o aumento não valeu para todos. Apenas 52% dos estados cumprem integralmente o piso, com o pagamento também da hora-atividade (a Lei 11.738/2008 reserva o mínimo de um terço da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse).

Mesmo com aumento acima da inflação, o salário médio dos profissionais do magistério equivale, de acordo com o representante do MEC, a 72,7% da média dos demais profissionais com pelo menos 12 anos de escolaridade. O fato, na avaliação do representante do MEC, pode explicar o desinteresse dos jovens pela licenciatura – apenas 2% seguem por esse caminho.

Além do desinteresse, há deficiências na formação de professores, reconhecidas pelo representante do MEC. Como resultado desse problema, a demanda por professores de física, por exemplo, é mais de dez vezes superior à capacidade de formação. Em 2013, formaram-se 1.826 professores nessa área, para uma demanda de 19.662 no mesmo período.

Mas nem sempre o problema é a formação. Educação Física, outro exemplo citado, teve mais de 19 mil concluintes em 2013, número superior à demanda de 11.591 professores. Entretanto, grande parte dos que se formaram em Educação Física foi trabalhar em academias ou como profissionais autônomos.



Durante a audiência, a presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Iria Brzezinski, defendeu a criação de um sistema nacional de formação e valorização desses profissionais. A iniciativa, como disse, deve fazer parte do Sistema Nacional de Educação.

O debate que integrou o ciclo de audiências públicas sobre o financia-

mento da Educação Básica no Brasil, proposto por requerimentos de Fátima Bezerra e do senador Telmário Mota (PDT-RR).

Com informações da Agência Senado

40ª SESSÃO ORDINÁRIA

25 DE AGOSTO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

CE QUER INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA LEI DE COTAS

Pessoas com deficiência poderão ser incluídas na Lei de Cotas para o preenchimento de vagas em universidades federais e em escolas técnicas federais de nível médio. Isso é o que prevê o projeto de lei 46/2015 aprovado pela CE. O texto original, do senador de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi alterado pelo relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG), mas poderá seguir para a Câmara caso não haja

recurso para análise em Plenário.

A proposta determina que o percentual mínimo de 50% das vagas reservadas a estudantes das escolas públicas seja preenchido, em cada curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em proporção igual à população desses segmentos na respectiva unidade da Federação.

Antonio Anastasia lembrou que que algumas universidades já vêm

se antecipando e instituindo, por conta própria, as cotas para as pessoas com deficiência. Para ele, sem que nenhuma lei garanta isso, “o objetivo da universalização não será alcançado”.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), criticou o fato de a presidente Dilma Rousseff ter vetado o artigo da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) que também estabelecia uma cota para pessoas com deficiência.

No caso da LBI, a reserva de vagas seria de 10%, tanto em instituições públicas quanto privadas. O benefício também seria estendido aos cursos de pós-graduação.

O fato, segundo destacaram Cunha Lima e Anastasia, só reforçou a necessidade de aprovação de uma nova legislação. Foi mantido no texto a previsão de que, em 2022, a Lei de Cotas deverá ser revista pelo Congresso Nacional.

Com informações da Agência Senado

“A Lei de Cotas foi um passo da sociedade visando a democratização do ensino superior e profissional, mas as pessoas com deficiência não foram contempladas.”

Senador Ataídes Oliveira

UNIVERSITÁRIOS BOLSISTAS PODERÃO TER DE PRESTAR SERVIÇO EM ESCOLAS PÚBLICAS

ACE aprovou o projeto de lei que torna obrigatória a prestação de serviço social em escolas públicas de ensino básico (PLS 224/2012) por parte de universitários bolsistas, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Conforme prevê o PL, alunos que receberem bolsas com recursos federais devem cumprir quatro horas semanais de serviço.

A melhor forma de aproveitar os universitários nas atividades da escola deverá ser definida pelos órgãos federais de educação em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de educação. Os bolsistas que

estudam no exterior devem prestar o serviço quando voltarem ao Brasil. O projeto era terminativo na comissão.

BOLSA PERMANÊNCIA

Também foi aprovado pela comissão o PLS 214/2010, do senador Paulo Paim (PT/RS), que institui o programa Bolsa Permanência Universitária. O projeto foi aprovado na forma de substitutivo, apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Nos últimos anos, o Ministério da Educação (MEC) tem direcionado recursos mais volumosos para iniciativas de incentivo à educação e o PL busca minimizar esse problema por

meio de benefício a estudantes comprovadamente sem condições de custear seus estudos.

O aluno receberá auxílio de um salário mínimo por mês, sendo, para isso, necessário comprovar não ter diploma universitário; condições de arcar com o curso superior e fazer parte de uma família com renda *per capita* não superior a três salários mínimos. Em contrapartida, o estudante prestará serviços à União ou a outro ente federado conveniado, com a duração de 20 horas semanais em estágio.

Com informações da Agência Senado

AÇÕES PARA O SUS

Outro projeto aprovado foi o que institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a importância do projeto, que se preocupa com a qualificação contínua dos profissionais envolvidos em atuar nessas unidades.

LEI PELÉ

Aprovado o PL para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol em

competições (PLS 531/2011), de autoria do senador Zezé Perrella (PDT-MT). O projeto altera o art. 45 da Lei nº 9.615

A senadora Ana Amélia (PP-RS) esclareceu que a legislação resguarda apenas o atleta e não se estende ao treinador e sua equipe.

CERTIFICAÇÃO DO ARTESANATO

Aprovado o PL que dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro (PLS 256/2015), da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

PROJOVEM

Aprovado o PL para instituir o au-

xílio-capacitação do jovem empreendedor do campo, no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (PLS 103/2015), do senador José Agripino (DEM-RN).

EXPANSÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Aprovado o PL que dispõe sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio (PLS 186/2011), de autoria do senador Wilson Santiago (PTB-PB). O projeto pretende triplicar as vagas até 2024.

Com informações da Agência Senado

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

1º DE SETEMBRO DE 2015



AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PODERÃO TER CARGA HORÁRIA MÍNIMA

A disciplina Educação Física deverá ter carga horária mínima de duas horas por semana nas escolas de ensino fundamental e médio, segundo projeto de lei aprovado pela CE (PLS 249/2012). Essa aprovação marcou, ainda, as comemorações do Dia do Profissional de Educação Física, lembrado no dia 1º de setembro.

O senador Romário (PSB-RJ), relator do projeto, parabenizou os profissionais da área e ressaltou a importância da prática de exercícios físicos para a saúde das pessoas.

“Parabéns e, da minha parte, muito obrigado a esses profissionais que foram tão importantes durante os meus 30 anos jogando futebol. Espero que, com a prática de esportes, possamos ter uma saúde bem melhor”

Senador Romário

Para o autor do projeto, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), há um crescente enfraquecimento da prática da educação física nas escolas. Além disso, segundo o senador, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não determina a carga horária dessa disciplina, apesar de estabelecer a obrigatoriedade das aulas e os casos em que a prática de Educação Física é facultativa.

A votação na comissão foi terminativa e o texto seguiu para a apreciação da Câmara dos Deputados.

Com informações da Agência Senado

ESTATUTOS E PROJETO DE LEI SOBRE FUMO SÃO TEMA DE REUNIÃO DA CE

Em sua 41ª sessão, a CE deliberou sobre diversos assuntos, entre os quais a disponibilidade de estatutos em instituições de ensino, em local visível e de fácil acesso; e a proibição do consumo de cigarro em locais frequentados por crianças.

Os membros da comissão aprovaram o projeto de lei que torna obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude, do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Igualdade Racial em escolas municipais, estaduais, federais e privadas (PLS 325/2015).

A pedido dos senadores Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, e Paulo Paim (PT-RS), respectivamente relator e autor da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência, a obrigatoriedade da disponibilização dessa lei nas escolas foi incluída no projeto; assim como a da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a pedido do próprio autor, senador Donizeti Nogueira (PT-TO).

O texto segue em caráter terminativo para a Comissão de Assuntos

Sociais (CAS).

Na mesma reunião, foi votado o PL que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e outros produtos semelhantes em parques infantis e locais usados para a prática esportiva, sejam em espaços abertos ou fechados (PLS 344/2013). De autoria do ex-senador Paulo Davim, o projeto amplia o rol de restrições da Lei Antifumo (Lei 9.294/1996) e tem o objetivo de impedir que crianças fiquem expostas ao fumo nos locais que frequentam, como parques infantis. A proibição pode abranger também ginásios e estádios.

“Da mesma forma, a proibição do cigarro nos espaços esportivos visa preservar a saúde de praticantes e frequentadores de espetáculos dessa natureza”, justificou o então senador.

Para a relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), o projeto ainda é útil para evitar que, em decorrência da presença de adultos fumando ao redor, crianças sejam também estimuladas pelo exemplo a consumir cigarros ou similares.

O texto foi aprovado por unanimidade e segue para deliberação das co-

missões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Ainda na 41ª reunião da comissão, foram aprovados requerimentos para a realização de audiência pública sobre a institucionalização do Dia Nacional da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) no Brasil, no dia 21 de junho, e do Dia Nacional do Nanismo.

Foi também aprovado o requerimento para a realização de audiência sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Todos esses requerimentos foram de autoria do senador Romário (PSB-RJ).

Por requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada a realização de audiência sobre o programa do governo Mais Educação.

Com informações da Agência Senado.

PROGRAMA BOLSA DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA É APROVADA PELA CE

O Programa Bolsa Permanência, benefício concedido a alunos comprovadamente sem condições de custear seus estudos e matriculados em cursos de ensino superior, foi aprovado por unanimidade pela CE. De acordo com o projeto de lei que cria o programa (PLS 214/2010), os alunos matriculados em cursos de graduação ou sequenciais de formação receberão bolsa no valor de um salário mínimo (atualmente, R\$ 788), com a contrapartida de prestarem 20 horas semanais de serviço à União em regime de estágio, prioritariamente como monitor em escola e rede pública.

Para receber o auxílio, o aluno tem de apresentar comprovante de renda bruta familiar inferior a três

salários mínimos por pessoa. O beneficiário também não pode ter diploma de graduação e o programa é restrito a estudantes de cursos que tenham mais de cinco horas diárias de duração.

“A Bolsa Permanência Universitária possibilita a inclusão estudantil dos seus beneficiários e amplia a autoestima do estudante carente, por conceder-lhe a oportunidade de custear os estudos com seu próprio esforço”, informou o autor do PL, senador Paulo Paim (PT-RS).

Para o relator do projeto, senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), o programa é um instrumento para possibilitar a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade na universidade.

“O Programa Bolsa Permanência, que vem a ser um auxílio financeiro para minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essas iniciativas, entretanto, são reguladas por decreto e portaria, o que gera maior insegurança quanto à sua continuidade”, analisou o relator.

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

8 DE SETEMBRO DE 2015



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

PLS CONDICIONA PAGAMENTO DO MINHA CASA, MINHA VIDA A ESCOLAS

Beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida poderão ficar isentos de pagar as parcelas do financiamento caso não haja escolas de ensino infantil e fundamental nas proximidades ou no conjunto habitacional onde moram (PLS 194/2012). Isso é o que prevê o projeto de lei aprovado pela CE na 42ª sessão.

De acordo com o PL, o pagamento das parcelas do financiamento fica condicionado à disponibilidade de escolas no local das moradias e a Caixa Econômica Federal é responsável por enviar correspondência aos beneficiários notificando-os do endereço das escolas que atenderão as crianças residentes.

De acordo com a autora do proje-

to, senadora Ângela Portela (PT-RR), considerando que as famílias beneficiárias têm uma renda entorno de 1 a 4 salários mínimos, se elas têm de pagar prestação referente à habitação, e no local onde moram não há escola gratuita, a família terá despesas adicionais com o pagamento de creches privadas e deslocamento,

“O objetivo principal desse projeto é tocar num ponto problemático do Minha Casa, Minha Vida, que é a falta de oferta de vagas em escolas.”

Senadora Ângela Portela

Segundo ela, por meio da isenção do pagamento das parcelas financiamento, obriga-se o poder público a garantir a existência das instituições de ensino nesses locais onde a maioria das crianças faz parte de famílias de baixa renda.

Para o relator do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), o que está em jogo é o direito fundamental de todas as crianças à educação e à universalização do ensino. Para ele, a medida prevista pelo PL seria um incentivo nesse sentido.

O PL aprovado pelos senadores seguiu em caráter terminativo para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

REJEITADO PLS QUE MODIFICARIA A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O projeto de lei que pretendia modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a assiduidade e o uso de práticas pedagógicas inovadoras entre os fatores considerados para progressão funcional de professores (PLS 95/2013) foi rejeita do pela CE. Na decisão, o colegiado seguiu voto contrário à matéria apresentado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

O relator, senador Telmário Mota (PDT-RR), havia sido favorável ao projeto do ex-senador Vital do Rêgo. Ao sugerir a proposta, o autor disse que uma das finalidades era ajudar a reduzir a quantidade de faltas dos professores registradas em quase todas as escolas públicas, o que compromete a qualidade do ensino. A comissão entendeu, contudo, que as soluções defendidas seriam inadequadas como meio de promover a assiduidade dos professores.

FENÔMENO COMPLEXO

Em seu voto, Marta Suplicy chegou a dizer que o “absenteísmo docente é terrível”. Ela lembrou, no entanto, que o próprio autor do PL reconhece, na justificação de sua proposta, que esse seria um “fenômeno complexo”. Assim, avaliou que cabe aos sistemas de ensino a tarefa de gerenciar o problema oferecendo, antes de tudo, condições de trabalho que favoreçam o engajamento dos profissionais, inclusive por meio da criação de oportunidades para a promoção de inovações no campo pedagógico.

A senadora destacou ainda que a LDB já define critérios gerais para a valorização dos professores ao detalhar exigências para a elaboração de estatutos e planos de carreira. Observou que a progressão funcional e a avaliação de desempenho constituem uma das “facetas” desse processo, cuja definição deve ser da competência dos sistemas de ensino,

conforme a autonomia que a Constituição Federal confere aos entes federados (União, estados e municípios) para legislar sobre educação e ensino.

“O que quero dizer é que não acho que lei como a que está sendo proposta vai mudar a assiduidade das pessoas, bem como torná-las mais inovadoras pedagogicamente, mas que se faz necessário toda uma mudança de espírito dentro da carreira profissional.”

Senadora Marta

REALIDADES DIVERSAS

Ao justificar posição contrária ao projeto, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que o texto entra em detalhes normativos que, a seu ver, não devem ser objeto de legislação federal. Na sua avaliação, a LDB de fato já define a “moldura geral” para que cada estado e município possa complementar os critérios de valorização e avaliação de desempenho segundo sua realidade específica.

“É evidente que todos nós, em sua consciência, defendemos o combate ao absenteísmo e o favorecimento à assiduidade, mas com critérios que sejam derivados de cada realidade”, salientou.

Telmário Mota, que assumiu a relatoria do projeto, reforçou durante o debate sua crença de que o projeto poderia contribuir para evitar faltas dos professores às aulas. Para o senador, em comparação com uma lei federal, normas estaduais e municipais não contariam com a mesma força para disciplinar a questão.

Simone Tebet (PMDB-MS), que também apoiou o voto de Marta Suplicy, reforçou a tese de que o projeto não oferece resposta para a complexa questão do absenteísmo dos professores. Depois sugeriu que, a partir de agora, a comissão promova audiências públicas para avaliar a questão.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No projeto, o ex-senador Vital do Rêgo também sugeriu proibir que professores da educação básica pudessem ser convocados para prestar serviço durante as eleições ou para outros serviços de natureza cívica ou comunitária que impliquem ausência de sala de aula, salvo em “casos excepcionais”. Segundo ele, os docentes hoje convocados ficam fora da escola não apenas no dia da eleição, mas nos períodos de treinamento e nos abonos concedidos após o pleito, o que pode chegar a dispensas de até dez dias.

Quanto a essa restrição, Marta apontou a inadequação da ausência de parâmetros para fundamentar os “casos excepcionais”. A seu ver, essa indefinição comprometeria a aplicabilidade da medida, ao deixar aos gestores educacionais a exclusiva responsabilidade de acatar ou não a convocação do profissional.

Com informações da Agência Senado.

43^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

9 DE SETEMBRO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

EXCLUSÃO DIGITAL DE JOVENS DO CAMPO É TEMA DE AUDIÊNCIA NA CE

A má qualidade dos serviços de internet em cidades do interior e em áreas rurais do país e o impacto da exclusão digital sobre a educação de jovens foi tema de debate na CE. Participaram da reunião representantes dos ministérios das Comunicações (MC); da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Educação (MEC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO), um dos autores do requerimento da audiência, salientou que há cerca de 8 milhões de jovens no

campo, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seriam 27% da população rural do país que, sem acesso à rede de computadores, ficam alijados de atividades de ensino a distância, das redes sociais e de acesso a mercado de trabalho ou produtos.

Na opinião do secretário de Inclusão Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Eron Bezerra, esse tema não é só uma questão de inclusão digital; mas, sobretudo, de inclusão social. Para ele, é possível proporcionar mecanismos

de inclusão econômica e sociocultural de forma sustentável por meio da internet, o que possibilita a elevação do padrão de vida da sociedade, especialmente dos segmentos que, historicamente, foram deixados à margem das políticas públicas.

Segundo o representante do departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, André Moura Gomes, o acesso à internet nas áreas rurais é importante por aumentar a produtividade com a introdução de dispositivos no agronegócio, suprir lacunas na educação, ampliar serviços de saúde na área

rural e expandir possibilidades de vendas no agronegócio.

De acordo com Moura Gomes, as áreas rurais têm melhorado sua capacidade de atrair investimentos com internet. Desde 2010 é possível notar que o principal motivo para não se ter acesso à internet não é mais a falta de disponibilidade nas áreas em específico e, sim, o custo elevado do serviço.

Apesar do crescimento de 77% de no acesso da população à internet entre 2010 e 2014, esse acesso é desigual. Dos 31,2 milhões de domicílios no Brasil com acesso à internet, 48% estão em áreas urbanas e apenas 15% em áreas rurais.

A gerente de universalização e ampliação de acesso da Anatel, Karla Crosara, explicou que já foram alcançadas muitas vitórias em relação à expansão da banda larga móvel por

“O Brasil está desperdiçando talentos porque o serviço de comunicação, que seria imprescindível, está falhando. A pergunta é: até quando o Brasil vai desperdiçar talentos de sua inteligência por causa de um serviço privatizado que não atende aos interesses da nação brasileira?”

Senador Romário

meio dos editais de licitação de rádio frequência, com foco em levar banda larga e serviços de conexão de dados e voz para áreas rurais.

O diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sindi-Telebrasil), Carlos Duprat, informou que o tráfego móvel de dados no Brasil cresce 56% ao ano. Em julho de 2016, a expectativa é de que sejam alcançados 221 milhões de acessos em banda larga.

Também participaram da audiência o representante do MEC, Dilvo Ilvo Ristoff; e da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Jefferson D’Ávila de Oliveira.

Com informações da Agência Senado.



44^a SESSÃO ORDINÁRIA

15 DE SETEMBRO DE 2015

FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



CE APROVA DÉBORA REGINA GOMES PARA DIRETORIA DA ANCINE

Após sabatina na CE, a cineasta Débora Regina Gomes teve o nome aprovado por unanimidade para a diretoria da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Débora é advogada e produtora de cinema e televisão, tendo concluído MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela produziu mais de 60 obras audiovisuais,

entre curtas, médias e longas-metragens.

Débora é diretora do Sindicato da Indústria do Audiovisual de São Paulo e diretora do Instituto Querô, organização sem fins lucrativos, dedicada à capacitação e à inserção no mercado audiovisual de jovens em situação de risco social na região portuária de Santos. Ela foi responsável pela produção de filmes como *Até que a Sorte Nos Separe*, *O Lobo*

atrás da Porta e *O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias*.

Durante a sabatina, a cineasta destacou o fortalecimento do cinema nacional nos últimos anos, citando a lei que criou o Fundo Setorial do Audiovisual; a Lei da TV Paga, que criou cotas para veiculação de conteúdo brasileiro independente; e as desonerações fiscais para a construção de salas de cinema.

Débora Gomes ressaltou que,

“Esse ambiente em constante transformação exige cada dia mais agilidade e sofisticação das políticas públicas, da gestão da Agência e dos instrumentos regulatórios. O momento é de ajustes para acelerar esse futuro e alcançar a meta de transformar o Brasil num importante polo de produção e programação.”

Débora Regina, sabatinada para a diretoria da Ancine

como diretora, irá priorizar a destinação de mais recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para a formação profissional de técnicos e produtores de conteúdos locais. Em relação à burocracia que ronda o setor na área pública, a cineasta afirmou que pretende enfrentá-la com “métodos mais dinâmicos de gestão”.

Em seu relatório favorável à aprovação do nome de Débora à diretoria, Marta Suplicy (PMDB-SP) fez um balanço dos avanços alcançados pelo setor audiovisual e apontou desafios, como a ampliação do número de salas de cinema e o fortalecimento das distribuidoras e da programação brasileira.

A relatora afirma que a indicada atendia às exigências legais e atribuições requeridas para o cargo, tendo conhecimento e experiência suficientes para enfrentar os desafios e contribuir para o crescimento do setor.

Com informações da Agência Senado.



45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

16 DE SETEMBRO DE 2015



DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA É TEMA DE DEBATE NA CE

O fato de a tortura ainda ser praticada no Brasil, apesar de ser universalmente condenada como crime, motivou a CE a realizar uma audiência pública para discutir o assunto, com o objetivo de instituir o dia 14 de julho como o Dia Nacional de Combate à Tortura, conforme previsto em projeto de lei em análise na comissão (PLS 417/2013).

A data – dia 14 de julho – foi escolhida em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, que desapareceu no dia 14 de julho de 2013 na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Segundo inquérito da Polícia Civil

do Rio, Amarildo teria sido torturado e morto pela Polícia Militar. Outra referência à data é a Queda da Bastilha, em 1789, na França, que marcou o início da Revolução Francesa e a libertação de presos políticos.

Para o senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), autor do PL e requerente da audiência, o Brasil historicamente trata a tortura como um ato comum, pois a cultura das polícias é baseada em um regime ditatorial. Segundo ele, atos de tortura são praticados como regra, o que vai contra a Constituição, que classifica a tortura como crime inafiançável e imprescritível.

“É importante termos um momento de mobilização e conscientização. O nosso processo de transição do regime autoritário para a democracia foi lento demais, gradual demais. A Comissão Nacional da Verdade só foi constituída 25 anos após o advento da constituição democratizadora de 1988.”

Senador Randolfe Rodrigues

Para o secretário-executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Carlos Alves Moura, a solução para erradicar a tortura é fazê-la a partir das escolas, por meio de noções de direitos humanos.

De acordo com a representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hellen Falcão de Carvalho, a tortura é frequente e ativa nas penitenciárias brasileiras, evidência de que os atos são praticados pelo próprio poder público contra a população.

O PLS 417/20134 está em análise na CE e tem a relatoria do senador Telmário Mota (PDT-RO), que já anunciou que irá apresentar relatório

favorável ao projeto. Participaram também da audiência pública o secretário-executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), André Sabia Martins; e a coordenadora-geral Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Karolina Alves Pereira de Castro.

Com informações da Agência Senado.



46ª SESSÃO ORDINÁRIA

22 DE SETEMBRO DE 2015

FOTO: GERALDO MAGELA

FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

SENADORES VOTAM PLS E APROVAM REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ACE deliberou sobre diversos assuntos na 46ª Sessão Ordinária. Os destaques foram a aprovação de uma audiência pública sobre a denominação de logradouros públicos e os pedidos de vistas para a votação de projetos de lei sobre ensino em tempo integral e diretrizes e bases da educação nacional.

A pedido dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Donizeti Nogueira (PT-TO), foi solicitada au-

diência para discutir melhor o projeto de lei do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), que dispõe sobre a denominação e a red denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos (PLS 189/2015). Segundo Cristovam, esse é um tema que gera uma discussão muito importante e é essencial ouvir especialista e historiadores.

“Eu aprovo o projeto, mas me pergunto se não estamos perdendo a oportunidade de termos um gran-

de debate para entendermos a razão dos nomes e, a partir disso, definir os critérios. E não sugiro uma sessão somente com políticos, mas uma sessão com pensadores e historiadores, que reflitam conosco como é que se atribui nome aos logradouros públicos”, disse Cristovam.

O senador Donizeti Nogueira solicitou vistas a dois projetos de lei: o que institui escola em tempo integral no ensino fundamental (PSL 255/2014); e o que dispõe sobre doa-

ções às universidades (PLS 403/2013).
. A solicitação foi concedida pelo presidente, senador Romário (PSB-RJ).

Os membros da comissão aprovaram ainda o projeto de que confere o título de Capital do Semiárido à

cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte (PLS 126/2014).

Também foi aprovado o requerimento para a audiência com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no de-

sempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Com informações da Agência Senado.



47^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

23 DE SETEMBRO DE 2015

FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA SÃO TEMA DE AUDIÊNCIA NA CE

Os desafios para a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva foram tema de debate na 47ª sessão da CE. A audiência pública promovida pela comissão teve o objetivo de munir os senadores de informações para que seja instituído o Dia Nacional do Surdo – a ser comemorado no dia 26 de setembro, data da criação do primeiro Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857, no Rio de Janeiro.

Na audiência, o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), assinou requerimento solicitando que os edifícios do Senado Federal fossem iluminados de azul nos últimos dias do mês de setembro – quando são lembrados o Dia Internacional dos Surdos (30 de setembro) e o Dia Internacional das Línguas de Sinais (10 de setembro).

Ao longo do debate na comissão, apesar de os dados do Ministério da Educação (MEC) apresentados pela

coordenadora-geral de Articulação da Política de Inclusão do ministério, Suzana Maria Brainer, darem conta de que a taxa de inclusão de estudantes surdos ter aumentado – de 29% para 79% nos últimos 12 anos –, as próprias pessoas com deficiência auditiva e os membros de órgãos representativos de surdos reclamaram que ainda há muito a ser feito para que haja, de fato, inclusão e acessibilidade.

Uma das demandas mais impor-

tantes dos surdos na audiência é o aumento da oferta de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A surdez é uma deficiência sensorial que compromete a comunicação da pessoa, que, devido à limitação auditiva, depende visualmente de sinais. Os surdos têm uma linguagem própria e nem todos são alfabetizados em português. Daí a necessidade constante de interpretação.

De acordo com o diretor-geral substituto do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (Ines), Paulo Roberto do Nascimento, há, atualmente, 900 inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação de Libras/Português/Libras (ProLibras). Segundo ele, esse número não é suficiente para suprir a demanda por intérpretes, que são necessários, por exemplo, em órgãos da Justiça, hospitais e delegacias para que a comunicação com uma pessoa surda seja viabilizada.

Para o presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada), Marcos de Brito, há escolas que têm intérpretes em Libras para promover a inclusão. De um modo geral, no entanto, esses intérpretes não têm a qualificação necessária para transmitir ao aluno surdo determinados conhecimentos, que são técnicos e específicos.

“A Constituição de 1988 diz que todos têm direito à informação. Onde está esse direito? O surdo não tem de pedir desculpas por não saber português, nós temos de pedir desculpas a eles por não podermos educá-los. Precisamos consolidar uma cultura de efetivação de direitos em todas as escolas, que são para todos os alunos. Precisamos de escolas bilíngues, espaços de vivência permeados de direitos, sem preconceitos”, reclamou Brito.

O presidente da Apada exemplificou casos em que empresas de telecomunicações não disponibilizam canais de comunicação 24h para pessoas com deficiência auditiva por

ser oneroso. De um modo geral, os canais de comunicação são feitos por telefone, o que inviabiliza o contato com uma pessoa surda.

“O que é para um surdo passar a vida mendigando informação, que a Constituição diz que é seu direito fundamental? Isso que é oneroso”, avaliou Brito.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Antônio José Ferreira, falou das Centrais de Libras, em que uma interpretação pode ser solicitada por um surdo para auxiliá-lo em qualquer serviço que seja necessário – como para ir a uma consulta médica ou a um juizado. Em alguns estados, as centrais funcionam melhor do que em outras, lamentou o secretário.

ENEM

O conselheiro suplente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência da SDH, Filipe Trigueiro, relatou as dificuldades dos surdos até 2002, quando entrou em vigor a Lei 10.438, que reconheceu Libras como um meio legal de comunicação e expressão.

“Inclusão é uma palavra muito ampla e a maioria das pessoas não entende o que isso quer dizer. O surdo quer inclusão, quer se comunicar, mas a língua é outra. Noventa por cento dos surdos não têm proficiência na língua portuguesa, porque Libras é a língua natural, que deve ser respeitada.”

*Conselheiro suplente da SDH,
Filipe Trigueiro*

Ele defendeu, ao falar de escolas bilíngues, a necessidade de acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Atualmente, o Enem não tem interpretação em Libras, que tem de ser feito em vídeo, conforme pedem as pessoas com deficiência auditiva. Para eles, a falta da interpretação prejudica a compreensão do exame por parte de alunos surdos e dificulta o acesso desses estudantes ao ensino superior de um modo geral e, mais especificamente, ao ensino superior público – o que gera altos índices de evasão.

Para o diretor-geral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis/DF), João Paulo Miranda, a interpretação do Enem tem de ser planejada, feita com intérpretes que têm conhecimento da disciplina, para que a falta de informações ou dados equivocados não prejudiquem o aluno surdo.

“Essa é uma discussão profunda. Mas, neste ano, o Enem não vai ter acessibilidade novamente”, criticou.

“Audiências como esta são importantes para fazermos um diagnóstico à luz do que já conquistamos e do que ainda temos que lutar do ponto de vista de ter a cidadania dos surdos respeitada”, avaliou a vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE SETEMBRO DE 2015



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

LEGENDAS E AUDIODESCRIÇÃO EM CINEMAS PODERÃO SER OBRIGATÓRIAS

Adaptação de filmes com audiodescrição e legendas em português e na Língua Brasileira de Sinais (Libras) para garantir a acessibilidade a pessoas com deficiência visual e auditiva nos cinemas poderá se tornar obrigatória. Isso é o que prevê o projeto de lei (PL 122/2011) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal, presidida pelo Romário (PSB-RJ).

As legendas e a audiodescrição deverão ser disponibilizadas tanto

para filmes nacionais quanto estrangeiros, conforme sugere o projeto. Segundo o texto, fica previsto que cinemas em cidades com mais de 100 mil habitantes devem disponibilizar pelo menos uma sala com os recursos para cada obra cinematográfica.

De acordo com o disposto no caput do Artigo 215 da Constituição Federal, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, o apoio e o incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais.

“Esta proposição, portanto, inclui-se entre os esforços no sentido de que as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os espaços de convívio social, de fruição cultural e a todas as atividades da vida cotidiana”

Senador Antonio Carlos Valadares.

“O Brasil tem se empenhado cada vez mais na construção de uma sociedade que proporcione a todos direitos e oportunidades iguais”, disse o relator do projeto, Roberto Rocha (PSB-MA).

De acordo com ele, apesar de a Constituição Federal determinar que seja garantida a inclusão social de todos sem qualquer distinção, há de se criar mecanismos que assegurem as condições para que as pessoas com deficiência tenham pleno acesso no dia a dia.

A aprovação do PL foi elogiada pelos senadores membros da CE, que lembraram a importância da aprovação do projeto na semana em que foi comemorado o Dia Nacional do Surdo, no dia 26 de setembro.

O PL ainda segue para tramitação nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

DOAÇÕES A UNIVERSIDADES

Na mesma sessão, os senadores aprovaram em caráter terminativo o projeto de lei que autoriza a destinação específica de doações a universidades (PLS 430/2013). De acordo com o texto, de autoria do senador Wilder Moraes (DEM-GO), pessoas físicas ou empresas podem determinar para qual área da universidade receptora da doação irão os recursos.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) já prevê doações, que são destinadas a um caixa único da instituição, sem garantia para o doador de onde o aporte será investido.

Para valer, o texto ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

“A proposição procura abrir espaço para a ampliação das doações às universidades, criando mecanismos para incentivar pessoas físicas ou jurídicas que queiram apoiar financeiramente as instituições, mas que estejam interessadas em projetos específicos. Dessa forma, o doador poderia escolher em que área quer ver os recursos doados serem aplicados, assegurando visibilidade ao ato de doar e permitindo mais transparência quanto ao uso dos recursos.”

Senador Cristovam Buarque

APROVADO PLS QUE INCLUI O ENSINO DA CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS

O ensino da Constituição brasileira nas escolas está um passo mais próximo de se tornar realidade.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado aprovou o projeto substitutivo que inclui Constituição como uma disciplina obrigatória no currículo do ensino básico. O texto original (PLS 70/2015) é do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ). Para entrar em vigor, o PL ainda precisa passar por mais um turno na comissão e, sem seguida, tramitar na Câmara dos Deputados.

O substitutivo do senador Roberto Rocha (PSB-MA) aprovado pela CE fez poucas alterações em relação ao texto original. Além de manter a obrigatoriedade da disciplina na seção sobre ensino fundamental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 9.394/1996), Rocha optou por também incluir o ensino da Constituição nos dispositivos gerais

do capítulo sobre educação básica.

Outra alteração foi em relação à inclusão do ensino de “valores morais e cívicos” no Artigo 32 da LDB. Rocha optou por alterar os termos por “valores éticos e cívicos”.

“Embora ética e moral sejam frequentemente definidos como sinônimos, o segundo termo reveste-se de aspecto mais pragmático, possui sentido mais contextualizado, próprio a uma cultura muitas vezes ligada a uma tradição que resiste à evolução histórica. Portanto, convém evitá-lo no texto da lei”, conforme consta na análise do relator.

Para o senador Romário, o objetivo do PL é expandir a noção cívica dos nossos estudantes, ensinando-lhes seus direitos constitucionais, como cidadãos e futuros eleitores.

“Ao completar 16 anos, o jovem brasileiro tem a faculdade de tirar seu título de eleitor e exercer seu direito de cidadão, que é escolher seu representante político por meio do voto, iniciando sua participação ativa nos assuntos da sociedade. Esses jovens têm de compreender a importância de serem cidadãos conscientes e as consequências geradas à gestão pública ao escolher um candidato despreparado ou ficha suja.”

Senador Romário

49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

30 DE SETEMBRO DE 2015



PESSOAS COM NANISMO LUTAM PARA COMBATER O PRECONCEITO

“ Não há cura, nem prevenção, mas há muito o que fazer em busca da qualidade de vida das pessoas com nanismo”. Essa fala da servidora pública Liana Cristina Hones é o diagnóstico de um problema social das pessoas com nanismo. Embora sejam considerados pessoas com deficiência, eles não gozam da mesma visibilidade, nem de direitos equivalentes.

O assunto foi tema de uma audiência pública na CE, de iniciativa

do senador Romário (PSB-RJ). O encontro deu origem a um projeto de lei para instituir o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. A data proposta é o dia 25 de outubro, sugerida pela presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro (Anaerj), Kenia Maria de Souza.

Ser motivo de piada e zombaria faz parte da vida da maioria das pessoas com nanismo. Liana, que é membro da Comissão de Defesa dos

Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, relata o pânico que tomou conta dela depois de parar o carro em frente a adolescentes na saída de uma escola. Ao ser vista, dirigindo o próprio veículo, assistiu os jovens terem um ataque de riso a ponto de quase rolares no chão, chamando a atenção de outros motoristas e pessoas que passavam na rua.

“Minha perna começou a tremer, fiquei sem saber o que fazer. Pior

foi ter que aceitar que aquilo ainda aconteceria muitas vezes na minha vida”, lamentou.

O representante da Associação Gente Pequena do Brasil, Luiz Numeriano, contou que o problema afeta principalmente as crianças, devido à pouca estrutura emocional. “Elas não querem ir à escola, é uma atitude defensiva”, afirmou.

A baixa estatura, principal característica do nanismo, faz que essas pessoas carreguem durante a vida inteira o estigma de serem vistos como personagens infantis. O problema afeta gravemente a vida social daqueles que têm o crescimento afetado por uma alteração genética.

“As empresas nos contratam apenas para cumprir a lei. Geralmente são cargos de baixa remuneração, de baixa complexidade, não oferecendo a possibilidade de crescimento, a oportunidade da pessoa com nanismo mostrar a sua capacidade e ser reconhecida pelo seu mérito”, disse o representante de pessoas com nanismo, o servidor público Vanderlei Link.

Além do estigma, falta informação e acessibilidade adequada nos veículos de transportes, prédios, banheiros públicos e bancos. A acessibilidade no Brasil deixa a desejar para cegos, cadeirantes, surdos e é ainda pior para as pessoas com nanismo.

“Precisamos de estudos, de falar das nossas necessidades nos ambientes urbano e familiar”, defendeu a representante da Associação Pequenos Guerreiros, Lorena de Castro Oliveira.

Para driblar as dificuldades, muitos encontram no esporte uma forma de driblar os problemas do cotidiano. Com 25 medalhas conquistadas nos Jogos Parapan-Americanos, o atleta profissional de halterofilismo, Luciano Bezerra Dantas, explicou que não é porque tem uma baixa estatura que não será capaz de conquistar títulos para o país. Ele encorajou as crianças não se sentirem inferiores a ninguém.

“A sociedade infelizmente des-



crimina o nanismo, mas eu não entendo o porquê. Eu sou feliz, eu consigo o que quero e não desisto nunca dos meus sonhos. Espero que todos vocês também pensem assim”, disse.

“A discriminação social representa um fator de dificuldade para o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho. Por isso, elas aceitam trabalhos que ridicularizam a sua imagem em função de seu tamanho, tornando-os alvo de piadas e lendas urbanas”.

Senador Romário

Para o parlamentar, a criação da data vai ter implicações na educação, nas relações entre alunos, na produção cultural, nos esportes, no mundo do trabalho e na sensibilização da sociedade quanto ao respeito às pessoas que apresentam essa característica.

Muito prestigiada, a audiência contou ainda com a presença da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz; da presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro (Anaerj), Kenia Maria de Souza; e do representante dos Pais das Pessoas com Nanismo, Marlos Nogueira. Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Hélio José (PSD-DF), Marta Suplicy (PMDB-SP), Regina Souza (PT-PI), Lasier Martins (PDT-RS) também prestigiaram o evento e apoiaram a causa.

50ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6 DE OUTUBRO DE 2015



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

SENADO APROVA ENSINO DA CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS

O Senado aprovou o projeto de lei de autoria do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), que inclui a disciplina Constitucional no currículo escolar do ensino básico (PLS 70/2015). A aprovação da Casa foi feita por meio dos votos dos senadores da comissão, em que o projeto tramitava em caráter terminativo. O projeto seguiu para a Câmara dos Deputados para se tornar lei.

“Ao completar 16 anos, o jovem brasileiro tem a faculdade de tirar seu título de eleitor e exercer seu direito de cidadão, que é escolher seu representante político por meio do voto, iniciando sua participação ativa nos assuntos da sociedade. É fundamental que eles entendam os impactos desse voto”.

Senador Romário

Para o senador, o objetivo do PL é expandir a noção cívica dos estudantes brasileiros, para que compreendam a importância do exercício da cidadania e das consequências do desconhecimento e das más escolhas na hora de ir às urnas.

Essa foi a segunda votação na co-

missão em que o PL foi aprovado. Foi apresentado um substitutivo ao projeto original, com alterações textuais, o que demandou aprovação em dois turnos pelo grupo de senadores.

O substitutivo do relator do PL, senador Roberto Rocha (PSB-MA), incluiu o ensino da Constituição nos

dispositivos gerais do capítulo sobre educação básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e alterou o texto do projeto de “ensino de valores morais e cívicos” para “valores éticos e cívicos”, que deverá constar no Artigo 32 da LDB.



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

MENOR SÓ PODERÁ ATUAR COMO ATOR E ATLETA COM AUTORIZAÇÃO DOS PAIS

ACE aprovou o PLS 231/2015, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para regular a participação de menores em manifestações artísticas e desportivas. A proposta recebeu parecer favorável da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), e segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta permite que crianças e adolescentes possam atuar como atores ou atletas, desde que haja autorização expressa de seus responsáveis. No caso de menores de 14 anos, será exigido ainda o acompa-

nhamento na atividade por um dos pais ou responsável, ou autorização judicial específica em sua ausência.

Raupp explicou que seu projeto vem preencher um “vácuo legal”, já que os menores de idade que atuam como atores, modelos ou atletas vivem uma situação de indefinição jurídica. Além disso, os menores de 14 anos que exercem essas atividades profissionais não têm a cobertura de um contrato formal de trabalho.

Em relação ao ator, atleta ou modelo mirim, reconheceu Ana Amélia, o tratamento legal deve necessariamente ser diferente, mais em sintonia com as finalidades inerentes às áreas artísticas e esportivas, que contribuem

para o desenvolvimento do lado lúdico, cultural, intelectual, emocional e social da criança e do adolescente.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que “já passou da hora de se regulamentar essa questão”.

Com informações da Agência Senado

51ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

7 DE OUTUBRO DE 2015



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

ENSINO INTEGRAL É TEMA DE DEBATE NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

A reestruturação do modelo de ensino em vigor no Brasil, o aumento da carga horária nas escolas e a estruturação da carreira dos professores, especialmente os do ensino básico, foram as principais questões debatidas na audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, presidida pelo Romário (PSB-RJ). O tema da audiência foi ensino integral, em que especialistas e senadores analisaram o programa Mais Educação, princi-

pal estratégia para a ampliação da jornada escolar nas escolas públicas – meta 6 do Programa Nacional de Educação (PNE).

A audiência foi convocada com o objetivo de identificar os obstáculos e propor soluções para o que é considerado o desafio da implementação do ensino integral no Brasil. Tramita pela CE um projeto de lei de autoria do senador Wilson Matos (PSDB-PR) e relatoria de Cristovam Buarque (PDT-DF) que tem o objetivo de tornar obrigatório o tempo integral nas

escolas (PLS 255/2014) por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no âmbito da qual foi criado o PNE.

Para a diretora executiva da associação Cidade Escola Aprendiz, Natacha Costa, o Brasil precisa reestruturar o modelo de ensino no país para que seja instituída, de fato, uma educação integral no Brasil – com interdisciplinaridade, gestão democrática do conhecimento, ensino por meio de projetos e a ampliação da experiência educativa. Segundo ela,

um dos principais defeitos da atual estrutura de ensino é a desconexão entre as escolas e as comunidades das quais fazem parte.

“Ao contrário do que aconteceu no âmbito da saúde, por exemplo, em que houve uma articulação com o território, com agentes comunitários, o mesmo não ocorreu com a educação. A escola não conhece o perfil dos seus alunos. A escola está isolada”, criticou Natacha.

A diretora da Cidade Escola Aprendiz enfatizou que atual carga horária nas escolas públicas – de 4h30 – é insuficiente para suprir as necessidades pedagógicas dos estudantes, assim com o modelo adotado está defasado – de divisão do tempo de acordo com disciplinas.

“A educação integral é uma agenda de qualidade, que demanda integração social, afetiva, intelectual, física e simbólica. As aprendizagens são múltiplas e a escola não pode ser marcada por uma lógica de obrigatoriedade sem sentido. Daí os dados de evasão. A escola passa a não fazer sentido nem para o presente nem para o futuro daquele estudante.”

Natacha Costa,
Cidade Escola Aprendiz

Dados de pesquisas sobre o tema mostram que 90% dos brasileiros, quando informados sobre o que é o ensino integral, acreditam que o modelo é necessário para o futuro.

“Precisamos fazer da educação uma política do Estado brasileiro, terminando com esses ciclos que levam junto todas as construções



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

feitas até então”, criticou a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Jaqueline Moll, sobre programas com o Mais Educação, que são descontinuados, em muitos casos, pela atuação partidária dos governos. Estima-se que o programa tenha chegado a escolas de mais de 5,5 mil municípios brasileiros, atingindo uma capilaridade significativa.

Dados apresentados pelo coordenador-geral de Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), Leandro Fialho, mostram que, de 2008 a 2015, a educação em tempo integral foi ampliada de 1,3 mil escolas para 58,6 mil. Essa ampliação, no entanto, esbarra em obstáculos como falta de espaço, materiais, alimentação e a própria falta de atratividade da carreira dos professores.

“Ainda assim, há muito o que se avançar. O filho do trabalhador não tinha condição de ter educação em tempo integral. O Mais Educação é um programa indutor, mas precisamos efetivar educação integral como política pública no Brasil. Não é só o MEC, precisamos de esforço coletivo, da sociedade. Temos um passivo educacional”, argumentou Fialho.

A secretária municipal de Edu-

cação de Belo Horizonte, Sueli Maria Baliza Dias, exemplificou experiências bem-sucedidas na educação com a adoção do ensino integral. Em seu município, 65 mil estudantes fazem parte do Mais Educação.

“O resultado que nós obtivemos com esse programa é fantástico, nós já temos alunos que são campeões de olimpíadas de xadrez e matemática. Podemos ver que os alunos realmente se desenvolvem ainda mais, se tornando alunos e pessoas melhores”, contou Sueli.

O programa Mais Educação, debatido pela comissão, é uma estratégia do MEC criada para induzir a construção de uma agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. A proposta amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para, no mínimo, 7 horas diárias. Nesse período, seriam oferecidas atividades optativas em diversos campos, como acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esportes, direitos humanos, artes, cultura digital, uso de mídias, educação econômica e investigação científica.

52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE OUTUBRO DE 2015



CE DEBATE FINANCIAMENTO PÚBLICO DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO

O Estado deve financiar o esporte de alto rendimento, alocando recursos públicos para atletas com premiações nacionais e internacionais, em vez de estimular os esportistas que estão começando, ainda na base? Essa foi uma das questões debatidas na audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

O tema da audiência foi a avaliação dos programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, ambos do governo federal, que têm o objetivo de estimular atletas de alto rendimento por meio

da concessão de benefícios para permitir a dedicação exclusiva dos esportistas. Outros pontos discutidos na audiência foram a necessidade de atualização dos valores dos benefícios, a possível redução da idade mínima para receber as bolsas – atualmente, de 14 anos –, a racionalização da concessão dos benefícios e a própria reestruturação dos programas.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ) disse ser um absurdo que atletas com potencial esportivo, com possibilidade de trazer medalhas para o Brasil e que cumprem os requisitos para serem beneficia-

dos sejam prejudicados por critérios burocráticos – como foi o caso dos atletas de alto rendimento no atletismo Caio Bonfim e Érica Sena, ambos medalhistas do último Pan-Americano, em Toronto, no Canadá.

Tanto Caio quanto Érica cumprem todos os requisitos para receber o Bolsa Pódio, mas ficaram de fora do programa neste ano por conflitos entre o período de inscrição aberto pelo Ministério dos Esportes e o mundial cujo ranking é um pré-requisito para receber a própria bolsa. Com esse entrave, novas inscrições para o programa só poderão

ser feitas em 2016, o que os impedirá de receber benefícios para os Jogos Olímpicos do Rio.

Para o treinador de marcha atlética, João Evangelista da Sena, o Ministério do Esporte não leva em consideração o calendário das modalidades, assim como determina que os beneficiários têm de estar até o 20º lugar no ranking mundial, desconsiderando o ranking da modalidade a qual pertencem.

De acordo com o treinador, os programas de benefícios são fundamentais para o incentivo ao atleta, pois permite que o esportista mantenha uma ação contínua, não tenha que se deslocar para outras cidades e continue no esporte – especialmente por volta dos 18 anos, quando o jovem tem de ingressar no mercado de trabalho. Ele ressaltou, no entanto, que há aprimoramentos necessários, como a periodicidade dos pagamentos e o reajuste dos valores.

O beneficiário do Bolsa Atleta, Luciano Rezende, que pratica tiro com arco, também falou sobre a necessidade de reajuste dos valores das bolsas – que variam entre aproximadamente R\$ 300, para atletas estudantes, e R\$ 15 mil, para medalhistas. Atualmente, cerca de 6 mil pessoas são contempladas pelo programa, entre os quais 68% competem no âmbito nacional.

Os esportes que têm mais atletas contemplados são atletismo (27%), judô (23%) e vôlei de praia (18%). A maioria dos beneficiados é homem (60%). De acordo com o coordenador-geral do Bolsa Atleta, da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte (Snear/ME), Mosiah Rodrigues, a seleção dos beneficiários é feita por um grupo de trabalho que avalia os pré-requisitos dos atletas, respeitando as colocações nas respectivas modalidades.

“Ficou claro que, apesar de serem benefícios fundamentais para o esporte, as regras para a concessão estão defasadas e precisam de uma reestruturação. Os critérios para receber os benefícios não são informados com clareza pelo Ministério do Esporte.”

Senador Romário

O orçamento do Bolsa Atleta em 2015 foi de R\$ 133,4 milhões. O jornalista do site UOL Esporte, José Cruz, questionou o posicionamento de o Estado usar esse montante para financiar atletas de alto rendimento, que, geralmente, têm outras fontes de sustento, como patrocínios ou participações em ações de marketing.

“Diante da carência de recursos, é preciso haver rigor e estabelecer prioridades. Os atletas de alto rendimento geralmente estão vinculados a algum clube, do qual recebem salários. Podem ainda ganhar bolsas do Ministério dos Esportes, ter patrocinador público ou privado, ser militar e ainda ganhar prêmios, como é o caso do tênis, do golfe e o judô. Há atletas que têm até nove fontes de rendimento”, argumentou o jornalista.

Para ele, há de se questionar se o Estado deve ser mais um investidor “nesse negócio que é muito lucrativo” e o fato de os recursos estarem concentrados na cúpula e não no esporte de base.

A audiência pública foi uma iniciativa do senador Romário, com o objetivo de avaliar os programas do governo voltados ao esporte de alto rendimento, com foco nas Olimpíadas de 2016.



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

53ª SESSÃO ORDINÁRIA

13 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA / AGÊNCIA SENADO



SENADO FEDERAL PODERÁ GANHAR ALA EM HOMENAGEM A DARCY RIBEIRO

Darcy Ribeiro, conhecido como um dos grandes nomes da história e da cultura brasileira é homenageado com Ala em seu nome no Senado Federal (PLS 2/2015). Isso é o que prevê o projeto de lei aprovado pela CE. A ala que ganhará o nome do senador que contribuiu significativamente para as diversas áreas fica no 2º andar do bloco B do anexo II do Senado.

Segundo o relator do projeto, senador João Alberto de Souza (PMDB-MA), Darcy Ribeiro colaborou com a elaboração de diretrizes para a educação e teve como maior realização

no Parlamento a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O PL aprovado pelos senadores segue para apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal.

“Como pensador do Brasil, poucos foram tão empenhados em sua transformação e talvez nenhum o tenha sido tão apaixonadamente. Sem jamais abrir mão de uma visão agudamente crítica de nossa sociedade, Darcy Ribeiro transbordava otimismo quanto à capacidade de seu povo construir, não obstante as imensas dificuldades, uma civilização justa, livre e criativa”

Senador João Alberto de Souza

CAMPUS EM JOINVILLE

Também foi lido e discutido o relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) que passa a denominar o campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Joinville de “Campus Universitário Governador Luiz Henrique”.

Para Cristovam, o senhor Luiz Henrique, que faleceu em maio deste ano em pleno exercício de seu

mandato, foi um administrador que deixou marcas profundas nos cargos que exerceu. Ele foi prefeito de Joinville (1977-1982 e 1997-2002) e governador (2003-2010), tendo ocupado ainda o Ministério da Ciência e Tecnologia (1987-1988) durante parte do governo de José Sarney.

O projeto para alterar o nome do campus da UFSC foi uma iniciativa de Paulo Bauer (PSDB-SC). A homenagem a Luiz Henrique foi elogiada

também pelos senadores Dário Berger (PMDB-SC), Fátima Bezerra (PT-RN) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

Com informações da Agência Senado.



54^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

14 DE OUTUBRO DE 2015



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

CE APRESENTA QUATRO EMENDAS PARA ORÇAMENTO DE 2016

Quatro emendas ao orçamento de 2016 referentes à educação, à cultura e ao esporte foram aprovadas pela CE. Na área da educação, foram contemplados os ensinos básico e profissional e tecnológico; na cultura, a promoção e o fomento à cultura brasileira; e no esporte, a implantação e a modernização de infraestrutura.

O relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 (Ploa), senador Douglas Cintra (PTB-PE), informou que tentou reunir nessas quatro áreas as propostas de todos os senadores da comissão.

“Procuramos aglutinar temas em que senadores mais apresentaram emendas, acho que conseguimos contemplar o interesse da maior parte, senão de todos os senadores”

Senador Douglas Cintra

Em relação à educação básica, a emenda trata de aporte de R\$800 milhões para apoiar o desenvolvimento da educação básica, especialmente no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na educação profissional e tecnológica, a emenda libera R\$ 450 milhões para o fomento do setor.

No âmbito da cultura e do esporte, serão R\$ 480 milhões e R\$ 650 milhões para a promoção da cultura e a modernização de infraestrutura, respectivamente.

No total, os membros da comissão apresentaram 115 emendas ao orçamento para o próximo ano, entre

as quais 62 destinadas ao Ministério da Educação; 29 ao da Cultura; 20 ao do Esporte; e 1 ao da Ciência, Tecnologia e Inovação. De acordo com re-

solução do Congresso Nacional, a CE pode apresentar até quatro emendas ao orçamento. O Projeto de Lei Orçamentária Anual é o projeto que es-

tima e fixa as despesas da União para o ano seguinte, no caso, 2016.



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

55ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

14 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



ROMÁRIO ASSINA PROJETO QUE CRIA DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA *ELA*

E audiência pública sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) na CE, o presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), assinou o projeto de lei que institui o Dia Nacional de Luta contra a doença, que deverá ser no dia 21 de junho. O projeto, que ainda precisa tramitar pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, teve o apoio de mais de 3 mil pessoas, cujas assinaturas foram entregues na audiência pública sobre o tema.

“Assino agora o projeto de lei, em que que fica instituído o Dia Nacional de Luta contra a ELA. No que depender de mim, como senador, vocês terão sempre aqui uma voz ativa e um cara brigando pelos seus direitos, porque eu sei exatamente o que vocês merecem e a dor que vocês têm. Não só vocês, como familiares e amigos. E eu entendo que com uma política pública mais digna, vocês terão uma qualidade de vida bem melhor”, disse o senador Romário.

Na audiência, o aprimoramento

do diagnóstico, a oferta de terapias multidisciplinares, de profissionais especializados e ações concretas e desburocratizadas para os pacientes foram as principais questões debatidas. De acordo com a presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (Afa), Maria Cecília Oliveira, é fundamental que os médicos saibam reconhecer a doença e dar o diagnóstico correto ao atender o paciente.

“O diagnóstico, que demora uns 12 meses para acontecer, acaba re-

tardando atitudes que já poderiam estar sendo tomadas para melhorar a qualidade de vida, como atenção à nutrição e assistência respiratória”, disse o representante da Associação Lutando contra ELA, Sthanley Abdão, que tem a doença desde 2011, mas só recebeu o diagnóstico definitivo em 2014.

O presidente do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA (Movela), Jorge Melo, falou sobre a morosidade do atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pacientes com ELA. Segundo ele, há casos de demora para concessão de aposentaria, ao mesmo tempo em que não se concede o auxílio-doença, deixando a pessoa, em muitos casos, sem meios de sustento.

“Há pacientes que são direcionados para reabilitação, quando se sabe que não há reabilitação no caso dessa esclerose. Peritos do INSS não têm conhecimento, não entendem que há paralisia definitiva. Precisamos de aposentadoria compulsória a partir do diagnóstico da doença. Há pacientes que com um ano já entram em estado de paraplegia; outros, com 3 anos, morrem; depende caso a caso. Quando se tem diagnóstico, a prioridade do paciente tem de ser cuidar da saúde”, argumentou ele.

O presidente do Movela falou ainda sobre as falhas e o desconhecimento no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) a pessoas com doenças raras e, especificamente, sobre o desrespeito à portaria do Ministério da Saúde que garante assistência ventilatória não invasiva a pessoas com doenças neuromusculares (Portaria nº 1370/2008), que retarda a degradação da condição respiratória de pacientes com ELA.

O resultado, de acordo com ele, acaba sendo a judicialização. Como exemplo, Jorge citou o caso de um paciente que chegou a passar 5 anos internado em uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), sendo que há legislação que garante internação domiciliar (Lei nº 10.424/2002).

“A lei que estabelece a garantia de internação domiciliar é perfeita.

Alivia e garante uma situação muito boa e tranquilo para o paciente. O melhor lugar o para o paciente estar nas fases mais avançadas da doença é em casa, com a família. É um absurdo que ainda não se consiga fazer cumprir uma lei de 2001.”

Jorge Melo

DESAFIOS

De acordo com o professor do Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), Gerson Chadi, as principais dificuldades em relação à ELA atualmente são a falta de um sistema de atendimento multidisciplinar para acompanhar todas as etapas da doença, as dificuldades no diagnóstico, a indisponibilidade de testes genéticos simples que evitam o alastramento da doença por gerações, a ausência de drogas e terapias que prolonguem a vida ou melhorem a sobrevida dos pacientes e o controle de intercorrências; que são, na maioria dos casos, o que acaba causando a morte de pessoas com ELA.

Para Chadi, é fundamental que se pense no estabelecimento de uma rede nacional de pesquisa e tratamento de doenças raras. “A pesquisa da ELA, e uma possível descoberta de cura, abrirá portas para o entendimento de mecanismos neurodegenerativos de diversas doenças.

Doenças como essas dependem de políticas públicas que possam organizar uma cadeia assistencial para que tudo que o paciente precise chegue a ele com a qualidade devida”, informou.

O diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (Daet/SAS/MS), José Eduardo Fogolin Passos, reconheceu que as principais dificuldades enfrentadas do lado das autoridades responsáveis envolvem o diagnóstico tardio, a formação acadêmica dos profissionais da saúde, a necessidade de integralidade dos cuidados e a incorporação de tecnologias e pesquisas que resultem em melhorias na vida dos pacientes.

O embaixador dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas (ONU), militante na área de doenças raras, Patrick Teixeira, que tem mucopolissacaridose, pediu mais participação da sociedade em causas como a da ELA.

“Pesquisadores deveriam ser os verdadeiros ídolos das pessoas. Eles cuidam da vida. Um pesquisador tem 50 seguidores no Twitter. Se fosse uma Mulher Melão, teria um milhão”, brincou, para ressaltar a importância da divulgação de informações sobre doenças raras.

56ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

15 DE OUTUBRO DE 2015



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL DEVE INCLUIR ENSINO A DISTÂNCIA

O acesso ao financiamento do ensino superior deveria incluir os cursos de educação a distância, avaliaram estudantes e especialistas que participaram da audiência pública realizada pela CE sobre as novas regras para essa modalidade de ensino.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) elabora atualmente em um novo marco regulatório para o ensino a distância. Entre as mudanças, está a criação de uma nova avaliação

para o credenciamento e o funcionamento desses cursos. Hoje, essa avaliação considera aspectos quantitativos como o número de professores ou livros disponíveis.

A ideia, disse o senador Paulo Paim (PT-RS), é aumentar a integração entre o ensino a distância e a proposta pedagógica da instituição.

“O Conselho Nacional de Educação está a um passo de aprovar um novo marco para essa modalidade de educação. A educação brasileira vive um momento histórico de tran-

sição, pois a ideia é aproximar cada vez mais a educação a distância da educação presencial”, disse o parlamentar.

O diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, Luciano Sathler, lembrou que a meta do Plano Nacional de Educação é dobrar as matrículas no ensino superior até 2024. Ele disse que um dos mecanismos para se atingir essa meta é o ensino a distância, principalmente incluindo esse tipo de educação no financiamento estudantil.

“Hoje, alunos de cursos de EAD

(ensino a distância) não podem se candidatar ao Fies e por que? Não há explicação. Nós precisamos estender o Fies também para os alunos da educação à distância”, disse Sathler.

O vice-presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis, Alan Valente, concordou com a importância do financiamento na educação a distância. Ele disse ainda que é preciso avaliar regras específicas para lugares sem outras opções de ensino.

“Há rincões distantes para os quais o ensino na modalidade a distância poderá ser a única alternativa para a educação superior na região. Mas é fundamental que seja a exceção bem definida, para que não haja discriminação, para que não haja polos precários, para que o estudante não seja o prejudicado no final.”

Alan Valente, do Fórum Nacional de Entidades Estudantis

O presidente do CNE, Luiz Roberto Curi, defendeu que além de garantir as matrículas, é preciso evitar a evasão, que beira os 60% na média nacional. Ele acredita que a educação a distância é um dos instrumentos que podem ajudar a manter os alunos nas universidades.



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

57ª SESSÃO ORDINÁRIA

20 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

CE APROVA AUMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto de lei que prevê o aumento do piso salarial dos professores da educação básica (PLS 114/2015) – de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.743,65 – foi aprovado pela CE. Os senadores membros da comissão expressaram preocupação em relação aos impactos orçamentários desse aumento do piso. Ainda assim, decidiram pela aprovação do PL, que ainda precisa passar em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde acreditam

que as questões orçamentárias serão avaliadas com mais precisão.

“Há um longo caminho a ser percorrido para que disparidades de remuneração de profissionais do magistério em exercício não se tornem abissais e para que todos os professores, estejam onde estiverem, tenham garantidas as condições mínimas de subsistência”, justificou a autora do PL, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto prevê que sejam destinados 5% da arrecadação das loterias

federais para o custeio dessa despesa, como forma de a União complementar os recursos dos estados e dos municípios para o pagamento do novo piso. Segundo o projeto, a União será a responsável pelo pagamento da diferença entre o piso atual e o novo.

O PL também determina que a integralização do aumento seja feita progressivamente, ao longo de 5 anos – até 2018.

“Passados esses cinco anos, a complementação da União, ficará

limitada aos casos em que o estado ou o município não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor mínimo fixado”, informou a relatora do projeto, senadora Ângela Portela (PT-RR).

Para ela, considerando os baixos salários que historicamente têm sido

pagos ao magistério no Brasil, a implementação do piso foi um grande avanço, que permitiu maior valorização desses profissionais. A senadora disse esperar que, com esse novo patamar salarial, haja impacto sobre a atratividade da carreira, e, consequentemente, sobre a qualidade do ensino.

“O PL busca justamente avançar mais no sentido de oferecer aos profissionais do magistério uma remuneração digna e condizente com o papel que desempenham”.

COMITÊS OLÍMPICO, PARALÍMPICO E CLUBES PODERÃO TER DE PRESTAR CONTAS AO TCU



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Entidades ligadas ao esporte, como clubes, ligas e federações desportivas, que receberem algum tipo de recurso público poderão ser obrigadas a prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Isso é o que prevê o projeto de lei 346 de 2014, que teve a relatoria do Romário (PSB-RJ) e foi aprovado pela CE.

De acordo com o projeto de lei, ficam submetidas à prestação de contas ao TCU todas as entidades do Sistema Nacional do Desporto (SND), que inclui, além das entidades nacionais e regionais desportivas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Caso seja identificada alguma irregularidade na gestão dos recursos públicos aplicados nessas entidades, o beneficiado terá de comprovar a respectiva correção ao Ministério do Esporte para que possa voltar a receber algum tipo de repasse público e os gestores poderão responder por irregularidades, como mau uso de dinheiro público.

“O esporte, como fenômeno que mobiliza multidões e, consequentemente, recursos financeiros da ordem de bilhões de dólares em todo o mundo, vem atravessando uma crise sem precedentes. Isso se deve, fundamentalmente, à combinação de má gestão com interesses escusos, que se refletem na prática de fraudes, enriquecimento ilícito, lavagem de dinheiro, corrupção e outros delitos. Diante desse quadro, faz-se necessário aperfeiçoar nossos mecanismos de fiscalização e controle sobre as contas das entidades de administração do desporto”, avaliou Romário.

Segundo ele, o projeto de lei do qual foi relator será uma ferramenta para que haja mais transparência e eficiência no uso de recursos públicos, por meio da qual um corpo técnico altamente qualificado irá examinar as contas dos beneficiários.

Caso não façam a prestação de contas de todos os recursos oriundos de isenções fiscais e repasses

federais, as entidades estão sujeitas às multas previstas pela Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/1992), como o pagamento de até 100% do valor do dano ao erário.

“Todas essas entidades podem ser beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, desde que cumpridas algumas exigências relativas à transparência de gestão e regularidade fiscal e trabalhista. Entre essas exigências, não figura a obrigação de prestar contas da aplicação dos recursos recebidos ao TCU”, justificou a autora do projeto, senadora Vanessa Graziotin (PC do B-AM).

Para se tornar lei, o PL ainda precisa passar pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa; e, depois, pela Câmara dos Deputados.

58ª SESSÃO CONJUNTA

21 DE OUTUBRO DE 2015



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

CE DISCUTE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZADO NOS PRIMEIROS ANOS

A interação entre um indivíduo e o contexto econômico, psicológico, emocional e social do qual faz parte em seus primeiros anos de vida e os impactos dessa ação mútua foram tema de debate em sessão conjunta entre a CE e as comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). O objetivo da audiência pública, presidida pelo Romário (PSB-RJ), foi discutir se e como os primeiros anos de vida de uma criança e a genética dessa mesma

criança se relacionam de forma a influenciar o seu desenvolvimento.

O período citado pelos especialistas que participaram do debate é chamado de primeira infância, que vai da fase intrauterina aos 6 anos de idade. A audiência desta quarta-feira foi uma das atividades no âmbito da 8ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, promovida pelo Senado.

“A primeira infância uma fase determinante para a capacidade cognitiva e a sociabilidade do indivíduo,

pois a pessoa absorve todas as informações e as respostas são rápidas e duradouras. Eu tive a oportunidade de conviver durante seis momentos distintos com cada um dos meus filhos”, disse Romário.

Para os debatedores, a primeira infância é fundamental para a vida de todos os indivíduos, pois é quando são formadas as bases para o aprendizado, a cognição, a memória; em suma, a formação a mente.

Em linhas gerais, a tese debatida foi a de que o meio é capaz de exer-

cer influência sobre a carga genética de uma pessoa, o que é chamado de epigenética. A analogia feita pelo pediatra e neonatologista francês Gilles Cambonie foi a de que os genes são como um alfabeto; a epigenética, como uma linguagem.

“O exterior não modifica o que está escrito no gene, mas o meio ambiente no qual os genes estão inseridos pode modificar como eles se manifestam”, explicou na audiência.

De acordo com a psicóloga Maria Regina Maluf, a ideia de que a genética determina o comportamento das pessoas não tem embasamento científico. “Temos que trabalhar com relação de influência mútua e recíproca entre os genes e o meio ambiente no que diz respeito ao desenvolvimento da criança. Está clara a associação entre os primeiros anos de vida e o impacto do desenvolvimento da criança e da escolarização sobre a vida adulta”, argumentou a psicóloga.

Para ela, a garantia de condições básicas de saúde, nutrição e apoio emocional, por exemplo, são essenciais para que uma criança chegue em boas condições de aprendizagem no ensino fundamental. Muitas dessas condições, no entanto, estão estreitamente relacionadas a fatores econômico-sociais e à pobreza.

“No Brasil, algo em torno de 50% das crianças estão em situação de pobreza, dependentes de políticas públicas que garantam condições mínimas. Há um impacto da pobreza sobre a constituição do pensamento, mais ainda se faltarem interações sociais e emocionais bem construídas, o que não é raro”, explicou Maria Regina.

Conforme indicou o psicólogo, psicanalista e pedagogo, Luiz Antonio Corrêa, uma alimentação adequada está diretamente relacionada aos processos neuroquímicos que se desenvolvem no cérebro – e, consequentemente, contribuem ou prejudicam o desenvolvimento da mente em relação ao aprendizado, à cognição e à memória.

Ele exemplificou a importância da alimentação citando o exemplo do ritmo neurológico de uma criança bem nutrida, que tem uma condução mais rápida e eficiente de impulsos nervosos que podem chegar à velocidade de 340 quilômetros por hora (km/h), contra 8 km/h de uma criança cujos neurônios foram desgastados pela má alimentação.

“Trezentos e quarenta km/h é um monomotor. Se tratam de crianças quem já entenderam o raciocínio quando você ainda está na metade da explicação. O mesmo não ocorre com uma criança mal alimentada”

Luiz Antonio Corrêa, Psicanalista e Pedagogo

O neonatologista Gilles Cambonie também falou sobre o stress intrauterino e os impactos na propensão ao desenvolvimento de distúrbios mentais, como depressão e esquizofrenia. O médico deu como exemplo estudos conduzidos com pessoas cujas mães estiveram grávidas durante períodos de stress, como guerras e desastres naturais, ou que passaram por situações traumáticas, como a perda do cônjuge.

“Ansiedade crônica durante a gestação pode influenciar desenvolvimento psicológico e cognitivo do bebê e da criança no futuro, por exemplo. A redução da capacidade de comunicação entre os neurônios devido ao stress perinatal pode ser demonstrada cientificamente por meio da plasticidade dos neurônios”, explicou.

Cambonie ressaltou ainda a importância da primeira semana de vida e da proximidade entre a mãe e a criança, quando está sendo esculpido o sistema nervoso central

do bebê, que ainda pode ser alterado por meio dessa interação.

Para a psiquiatra francesa Françoise Molénat, emoções negativas só se transformam por meio de interações marcadas pela empatia. Ela citou um estudo realizado com mães usuárias de drogas que receberam acolhimento multidisciplinar antes e durante a gestação.

“Elas estavam em uma situação de extrema fragilidade e de vulnerabilidade social. No entanto, receberam um acompanhamento baseado na empatia, não no julgamento. As crianças tiveram desenvolvimento melhor do que as de mães que não tiveram o mesmo tipo de apoio”, disse.

59^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

22 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



AUDIÊNCIA DEBATE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O estabelecimento das responsabilidades de cada ente federado foi apontado como medida fundamental para uma educação de qualidade na avaliação dos participantes de audiência pública realizada na CE. Para os convidados, é preciso superar a hierarquização das relações entre os entes federados e a desigualdade educacional nas regiões, estados e municípios para que o Sistema Nacional de Educação Ar-

ticulado em Regime de Colaboração seja implementado.

“É preciso garantir um diálogo político permanente com a ampla negociação necessária entre os entes federados, incluídas as entidades civis organizadas, o Fórum Nacional de Educação e o Congresso Nacional”, afirmou o presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, João Ferreira de Oliveira.

O presidente da Associação Na-

cional de Política e Administração da Educação (Anpae) acrescentou que os desafios a serem enfrentados nos próximos anos serão o marco legal que irá institucionalizar o Sistema Nacional de Educação e a garantia da meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê ampliação dos recursos para educação até chegar a 10% do PIB.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Os participantes da audiência pública destacaram que o Sistema Nacional de Educação deve ser elaborado utilizando o Plano Nacional de Educação (PNE) como referência. A presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Gilvânia Nascimento afirmou que o PNE “deve ser a espinha dorsal” do sistema.

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Idilvan Alencar, ressaltou que o primeiro elemento a ser considerado em um sistema nacional de educação é a racionalização de recursos e a otimização de gastos. A gestão democrática, a valorização dos docentes, o financiamento da educação básica e a participação da sociedade foram outros temas considerados relevantes pelos

participantes para um Sistema Nacional de Educação ideal.

“O primeiro aspecto do como fazer um Sistema Nacional de Educação é promover um efetivo diálogo com a sociedade. Isso precisa ser feito tanto pelo Congresso Nacional, quanto pelo Ministério da Educação (MEC) e pelas instituições”, disse Gilvânia Nascimento.

FUNDEB

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que presidiu a reunião, afirmou que Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um dos mais importantes mecanismos de financiamento da educação básica no país e manifestou preocupação com o fim de sua vigência, em 2020.

“Devemos defender sua prorrogação fazendo as devidas reformulações que devem ser feitas. No mínimo ele tem que ter a sua prorrogação até 2024”, disse.

Os senadores Helio José (PSD-DF) e Donizeti Nogueira (PT-TO) também estiveram presentes na reunião da comissão e ressaltaram a importância da audiência para a cidadania.

A audiência pública da 59ª sessão foi sobre a construção do Sistema Nacional de Educação Articulado em Regime de Colaboração e faz parte do ciclo de audiências públicas sobre o Financiamento da Educação Básica no Brasil.

Com informações da Agência Senado.



60ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

27 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



CE RECEBE MINISTRO DA EDUCAÇÃO PARA FALAR SOBRE DIRETRIZES DO MEC

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante participou de audiência pública na 60ª sessão da CE.

Mercadante é o terceiro ministro a ocupar o cargo neste ano. Ao longo do debate, o ex-senador apresentou diretrizes do governo federal em relação, especialmente, aos ensinos básico e médio e foi indagado sobre os programas de educação, que vêm sendo motivo de grandes questionamentos nos últimos meses.

Segundo ele, foram identificadas muitas falhas e todos os programas estão sendo reajustados de forma que se tornem cada vez mais eficientes.

“Apesar dos esforços do Mais Educação, do Ensino Médio Inovador e do Educação Digital, os resultados são modestos, por isso a necessidade de rearticular esforços. Quando mais cedo e melhor fizermos o ajuste, melhores resultados teremos”, explicou.

Mercadante também defendeu

mudanças na Previdência Social e a volta da CPMF ao avaliar medidas para repor pelo menos parte da receita. Mas explicou que além do aumento de receitas o ministério precisa fazer cortes e melhorar a gestão dos recursos.

ENEM

O ministro também defendeu o tema adotado na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem),

sobre a violência contra as mulheres.

“Sobre o tema do Enem, cito Simone de Beauvoir: ‘A gente não nasce, mas se torna mulher’. O que se discute é a condição histórica da mulher, que não votava até os anos 30 e que era tida como um ser ligeiramente acima de crianças e de loucos”, disse o ministro.

Segundo ele, a edição de 2015 mostrou que a participação feminina no exame está cada vez maior.

“Este ano, 57% dos candidatos são mulheres e 58% se declararam negros ou pardos. Além disso, participaram 10 mil pessoas com deficiência visual e 9 mil com deficiência auditiva. Tivemos diversos intérpretes, prova

em Braille. O exame deste ano alcançou um resultado muito melhor que o esperado”, disse.

A senadora Ângela Portela (PT-RR) concordou com o ministro,

“Parabenizo o ministro pela escolha da redação. Nós mulheres lutamos diariamente contra preconceitos, e é importante que a população nos respeite, pois durante muito tempo já temos mostrado que somos extremamente capazes”, disse ela.

“Eu, particularmente defendo integralmente a CPMF. É um imposto fácil de arrecadar, não da para sonegar, paga pessoa física e jurídica, paga quem sonega e não sonega. Mas tem um problema que desagrada muito, que é o imposto que pega o caixa dois”.

Ministro Aloizio Mercadante



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

61ª SESSÃO CONJUNTA

28 DE OUTUBRO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



EXIGÊNCIA DE CADEIRINHAS EM VANS É ADIADA PELO CONTRAN

Os veículos escolares não serão mais obrigados a ter cadeirinhas e assentos de elevação para crianças de até dez anos a partir de 1º de fevereiro de 2016. A entrada em vigor da exigência foi adiada pelo presidente do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), Alberto Angerami, que anunciou a decisão na audiência pública conjunta realizada pela CE e pela comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado.

A obrigatoriedade dos dispositivos de segurança está prevista nas resoluções 533 e 541 do Conselho, com previsão de multa por infração gravíssima, retenção do veículo e perda de sete pontos na carteira de habilitação do condutor caso não haja cumprimento das determinações.

Representantes de motoristas de transporte escolar afirmaram que não têm como cumprir a obrigação de oferecer cadeirinhas e assentos

de elevação, considerada por eles desnecessária em razão do baixo número de acidentes no setor. Segundo esses representantes, desde 1997, quando entrou em vigor o Código de Trânsito Brasileiro, não há registro de morte ou vítima grave devido a acidentes com os veículos legalizados e vistoriados.

“Temos um serviço que é seguro e aprovado, com sinistralidade zero. Esse índice é inquestionável”, afirmou o diretor da Associação Re-

gional de Transporte Escolar de São Paulo (Artesul), Jorge David Salgado.

Já para o presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José (SC), Pedro Januário, simplesmente adiar a entrada em vigor da norma não basta. É preciso descartá-la definitivamente.

“Só vai prorrogar o problema. Temos é que resolver. Não adianta jogar para frente. O transportador não é contra nenhuma medida que gere mais segurança para os estudantes. É contra resoluções que distanciam a teoria da prática”, argumentou.

DÚVIDAS

Outro ponto levantado pelos profissionais diz respeito a uma questão técnica. Até há pouco tempo, o Contran e o Inmetro consideravam insegura a instalação de cadeirinhas infantis em veículos com cintos de segurança de dois pontos (abdominais), como é o caso das vans escolares. Os motoristas cogitaram fazer adaptações nos veículos, o que foi

condenado por engenheiros. Recentemente, no entanto, os órgãos mudaram de opinião.

A regulamentação dos chamados Dispositivos de Retenção Infantil (DRCs) é compartilhada entre o Inmetro – responsável por regular a fabricação e a comercialização dos produtos – e o Contran – responsável por decidir sobre as regras de uso.

A Portaria nº 466 do Inmetro proíbe a comercialização no mercado nacional de dispositivo de retenção cuja fixação da criança seja feita com cintos de segurança do tipo abdominal. Segundo a assessora da Diretoria de Avaliação de Qualidade do Inmetro, Maria Aparecida Martinelli, os artigos que tratam no assunto na portaria serão revogados.

“Não há impedimento para que o Inmetro reavalie sua decisão”, afirmou.

De acordo com o presidente do Contran, Alberto Angerami, a obrigatoriedade dos equipamentos de segurança foi reivindicada por pais e

entidades de proteção às crianças. O tema foi parar na pauta do Conselho, que decidiu pela obrigatoriedade.

APOIO

Na audiência conjunta, presidida pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC), os senadores Dário Berger (PMDB-SC) e Marta Suplicy (PMDB-SP) ficaram do lado dos motoristas escolares e ressaltaram o baixo índice de acidentes no setor. Eles também elogiaram a decisão do presidente do Contran de adiar a vigência da norma.

“Já inventaram kits de primeiros socorros, extintor, e depois ‘desinventaram’ tudo e disseram que não precisa. Isso é muito sério”, afirmou Marta, que já tinha apresentado um projeto de decreto legislativo com o objetivo de sustar a resolução do Contran.

Com informações da Agência Senado.



FOTO: PAULO PINTO/FOTOS PÚBLICAS

62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3 DE NOVEMBRO DE 2015



BOLSA ATLETA DEVERÁ PRIORIZAR ESPORTISTAS COM BAIXO PATROCÍNIO

O senador Romário (PSB-RJ) apresentou no Senado projeto de lei para que atletas sem patrocínio ou com patrocínios de menor aporte sejam priorizados na concessão dos benefícios do programa Bolsa Atleta. O projeto de lei, que tem o objetivo de dar mais transparência e eficiência aos programas Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, foi fruto de uma avaliação feita por Romário, que elaborou um relatório sobre o tema, apresentado também na 62ª sessão da CE.

“O Bolsa Atleta é hoje o mais importante programa de benefício esportivo do país, mas precisamos aperfeiçoá-lo para que seja ainda mais eficiente”

Senador Romário

No projeto de lei, Romário propõe, que os atletas e os paratletas olímpicos e de alto rendimento beneficiários do Bolsa Atleta não tenham soma de rendimentos com bolsas esportivas, patrocínio e premiações esportivas superiores a 360 salários-mínimos anuais. A comprovação dos rendimentos deve ser feita por meio de declaração de imposto de renda.

“Os escassos recursos federais para o esporte deveriam ser dados, preferencialmente, a atletas que não possuem outras formas de financia-

mento. Alguns beneficiários são os contemplados por outros programas, por programas mantidos pelas Forças Armadas ou obtêm financiamento privado. Entende-se que se deve avaliar cuidadosamente e estabelecer limites”, avaliou o senador.

Outra mudança proposta pelo projeto é que, para se pleitear a Bolsa Pódio, seja necessário que o atleta esteja ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica. Assim, dispensa-se a indicação pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou o Comitê Paralímpico

Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte, que se verificou, em alguns casos, ser subjetiva, deixando atletas que cumprem todos os requisitos fora do programa.

Por fim, também foi corrigida a redação do termo “paraolímpico” e dos derivados nas Leis Pelé e do Bolsa Atleta, para os corretos “paralímpico” e derivados.

O projeto de lei buscou corrigir gargalos identificados na operação dos programas, como o acúmulo de benefícios, a necessidade de mais transparência na gestão dos recursos, de participação dos atletas na elaboração das políticas públicas na área e de correção e estabelecimento de periodicidade dos valores pagos.

Essa avaliação foi feita por meio de debates promovidos em audiência pública na CE.

Os bolsa Atleta e Pódio são programas do governo federal, criados em 2005, que têm o objetivo de estimular atletas de alto rendimento por meio da concessão de benefícios para permitir a dedicação exclusiva dos esportistas.

APROVAÇÃO NA PRIMEIRA FASE DO EXAME DA OAB PODERÁ VALER POR DUAS EDIÇÕES

A CE aprovou o projeto de lei que assegura ao candidato aprovado na primeira etapa do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a participação, a partir da segunda etapa, nas duas edições subsequentes da avaliação (PLS 397/2011).

O texto original, do senador de Eduardo Amorim (PSC-SE), previa a possibilidade de participação, a partir da segunda etapa, nas três edições subsequentes do exame, mas foi alterado por emenda do relator, senador Gladson Cameli (PP-AC). Ele considerou mais adequado o prazo de até dois anos.

“Trata-se de medida pautada no princípio da razoabilidade que, de um lado, é favorável aos candidatos, de outro, mantém a preocupação da OAB com a qualidade da formação dos futuros profissionais da advocacia”, justificou o senador no relatório.

Cameli argumentou que o exame da Ordem não é um concurso, por isso, é mais do que justo que quem passa pela primeira fase tenha outras oportunidades, caso seja necessário.

Por recomendação de Cameli, o projeto que tornava válida por cinco anos a aprovação obtida na primeira

fase do exame da OAB foi rejeitado (PLS 188/2010).

Os dois projetos, que tramitam em conjunto, serão analisados ainda por outras três comissões do Senado: Assuntos Econômicos (CAE); Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

63^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4 DE NOVEMBRO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



RECURSO PARA OS PONTOS DE CULTURA É DISCUTIDO NA CE

O Ministério da Cultura deve contar esse ano com recursos diretos ao redor de R\$ 50 milhões para apoiar projetos de organizações sociais que formam a rede de Pontos de Cultura, selecionadas para realizar atividades de impacto sociocultural nas suas comunidades.

Mesmo sendo o maior orçamento da pasta para um conjunto específico de ações, os recursos são insuficientes frente à demanda e aquém das necessidades que decorrem das próprias metas de ampliação da rede de pontos culturais.

A avaliação foi feita por Alexandre Santini, diretor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Ministério da Cultura em audiência pública sobre o tema na CE. A secretaria é a gestora do programa Cultura Viva, que tem como principal ação estruturante os Pontos de Cultura. Segundo Santini, hoje já são 4.502 pontos instalados em cerca de mil municípios de 27 estados, beneficiando aproximadamente 8 milhões de pessoas. A meta é fomentar 15 mil pontos até 2020.

A audiência pública da Comissão

de Educação e Cultura foi organizada justamente para tratar do Cultura Viva, enfocando os Pontos de Cultura. O requerimento foi apresentado pelos senadores Romário (PSB-RJ), presidente da comissão, e Lídice da Mata (PSB-BA), que dirigiu os trabalhos. Lídice produzirá relatório sobre o Cultura Viva, política pública que a CE decidiu avaliar esse ano. A medida é uma determinação regimental, que obriga todas as comissões técnicas da casa a avaliar a cada ano uma das políticas públicas no seu campo de atuação.

REDES

O representante do Ministério da Cultura, em apresentação geral sobre o programa, explicou que podem se organizar como Pontos de Cultura entidades sem fins lucrativos, grupos ou coletivos de natureza ou finalidade cultural, com ou sem constituição jurídica. As entidades podem atuar em redes, trocando metodologias, experiências, produtos e formando circuitos culturais.

“O Cultura Viva aposta no protagonismo da sociedade. O Estado dispõe de recursos para que a sociedade possa realizar suas iniciativas culturais, e não para dizer o que aqueles grupos ou setores devem fazer”, afirmou.

No início, o Ministério da Cultura conduziu de modo autônomo o programa, mas depois adotou a sistemática de convênios com estados e municípios, que respondem pela seleção das entidades culturais segundo as regras dos editais. Como parceiros, estados e prefeituras estão obrigados a garantir contrapartida para viabilizar os convênios, que podem variar entre 30% e 50% dos valores aportados pelo governo federal. Por isso, observou Santini, o Cultura Viva tem um orçamento que vai muito além dos recursos do próprio ministério.

Santini explicou que os novos editais não impedem que entidades já apoiadas possam concorrer e ganhar financiamentos para seus projetos, inclusive porque é importante que aqueles pontos culturais tenham atuação contínua. Ainda assim, afirmou que o grau de renovação é elevado, pois é necessário comprovar capacidade de execução para poder celebrar novo convênio, o que nem sempre acontece.

PRAZO LIVRE

O representante do Ministério da Cultura informou ainda, em resposta à senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que a pasta não vem adotando prazos para novos convênios, manten-

do sempre aberta a possibilidade de adesão por parte de estados e municípios, o que ajudaria a avaliar a real demanda pelo programa. Disse que apenas o estado de São Paulo celebrou convênio para mais 300 novos Pontos de Cultura no ano que vem. No caso da Bahia, está em curso convênio para outros 127 pontos. Porém, o governo baiano ainda não garantiu os recursos de contrapartida para viabilizar os novos pontos.

O representante do ministério apelou ainda aos parlamentares para que destinem ao Cultura Viva recursos de emendas parlamentares, individuais ou coletivas, como alternativa para fortalecer o programa. Segundo ele, a sociedade será amplamente beneficiada com a ampliação da rede de Pontos de Cultura, a seu ver “um potente articulador dos potenciais de suas comunidades”, sobretudo de sua juventude.

“O jovem que está no ponto de cultura não está ocioso, não está na rua, não está na droga. A cultura traz para ele uma dimensão de pertencimento, de cidadania e de integração na sociedade. Esse é o papel fundamental que o Ponto de Cultura cumpre na base da sociedade”, justificou Santini.

Iuri Soares, que preside a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura Viva, ressaltou a importância do programa, a seu ver uma grande inovação, que marcou “uma virada” na percepção do Estado sobre como efetivar a cultura. O papel de agente realizador é substituído pela função de apoiador, passando a reconhecer os pontos de cultura e redes que já existem. A seu ver, o programa pode ajudar na construção de uma sociedade mais inclusiva, que respeite a diversidade de sua formação, com menos preconceitos e ódio.

Para Iuri, no entanto, são necessários muitos aperfeiçoamentos, a começar pela regulamentação de pontos pendentes da lei que transformou o Cultura Viva num programa permanente. Apontou ainda a necessidade de estabelecer que eventos, como shows, festas e de-

bates, não são pontos de cultura. A seu ver, o conceito deve ser aplicado apenas a práticas com enraizamento na comunidade, sendo requisito uma base territorial e existência ao longo do tempo.

IPEA

Também participou do debate Frederico Barbosa, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que integrou um projeto de avaliação do Cultura Viva quando o programa contava ainda com 2.684 Pontos de Cultura. Entre outros resultados, ele citou a falta de instrumentos jurídicos e de gestão, por parte do Estado, para desenvolver, de modo efetivo, políticas com o desenho e a forma do programa.

Também mencionou a ausência de protocolos claros no que se refere a procedimentos e arcabouço normativo que assegure maior estabilidade e segurança jurídica para que as entidades envolvidas possam agir com mais desenvoltura no desenvolvimento de seus projetos. Hoje, no lugar dos convênios, considerados inadequados para regular as relações com as entidades, vem sendo adotado o Termo de Compromisso Cultural, de modelagem mais simples.

Com informações da Agência Senado

64^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

10 DE NOVEMBRO DE 2015

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DEBATERÁ O ESTATUTO DO CIGANO

A criação do Estatuto do Cigano será tema de audiência a ser realizada pela CE em data ainda a ser definida. A proposta (PLS 248/2015), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), é relatada na comissão por Hélio José (PSD-DF), autor do pedido de audiência. A decisão foi tomada na 64^a sessão da comissão.

Foram convidados a participar representantes da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da Asso-

ciação Nacional das Etnias Ciganas, da Universidade Federal de Pernambuco e da Associação Internacional Maylê Sara Kalí.

“Apesar de povos ciganos estarem em nosso país desde 1574, apenas agora vem se discutindo com mais profundidade a criação de um marco legal realmente representativo de suas realidades. Temos que debater acesso à saúde, à educação, à terra e ao trabalho”, disse o senador Hélio José.

Também constavam na pauta da comissão 11 projetos, entre eles o que trata da revalidação de diplomas médicos estrangeiros (PLS 138/2012), que teve seu relatório pela aprovação lido por Otto Alencar (PSD-BA). Essas propostas ficaram de retornar à pauta na reunião deliberativa da semana seguinte.



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

65ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

11 DE NOVEMBRO DE 2015



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

SENADORES DEBATEM A BASE NACIONAL CURRICULAR

A proposta preliminar do Ministério da Educação (MEC) para a Base Nacional Comum Curricular (BNC), que unifica as bases do processo educativo das escolas brasileiras, foi discutida em audiência CE, em que convidados e senadores elogiaram o texto e ressaltaram sua importância, mas pediram a participação de todos no debate.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo senador Fernando Bezerra Coelho

(PSB-PE), que presidiu a reunião. Para ele, a discussão e formulação de uma base curricular única representa um importante passo para a melhoria dos indicadores educacionais do país.

“Estamos diante de uma grande oportunidade para identificar e definir as melhores políticas públicas que possam permitir à educação ser o instrumento de transformação real da sociedade brasileira”, afirmou o senador.

EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO

O texto debatido pelos senadores e convidados na audiência da Comissão de Educação foi proposto pelo MEC em setembro. A proposta será avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que deve emitir um parecer até junho de 2016.

O objetivo da BNC é apontar o que todo estudante brasileiro precisa aprender, desde a educação infantil até o fim do ensino médio. Pelo



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

menos 60% do currículo das 190 mil escolas públicas de ensino básico em todo o país deve ser padronizado.

Durante o debate a secretária executiva do Movimento pela Base Nacional Comum, Alice Ribeiro, ressaltou que existem lacunas entre o ensino das diferentes escolas, cidades e regiões do país. Para ela, é preciso haver uma base curricular para oferecer aos estudantes o acesso a um conjunto essencial de aprendizagem.

“É um fator de equidade muito grande para a educação nacional. Essa é uma das principais razões porque a gente acredita que a cria-

ção de um documento como esse traz um norte claro importantíssimo para o país como um todo e para um realinhamento do sistema educacional brasileiro”, afirmou.

A mobilização da sociedade, em especial os professores, para participar da construção da base curricular comum é uma preocupação da senadora Regina Souza (PT-PI). Ela advertiu que, normalmente, há uma acomodação e se considera que a proposta do MEC está boa.

“Acho que o grande desafio é fazer chegar essa discussão na escola. E aí tem que ter o engajamento das secretarias de educação municipais,

estaduais para pautar. Os cursos de formação continuada têm que ser pautados. Precisa-se ter todo esse cuidado do MEC”, argumentou.

O representante do Ministério da Educação, Élsio Corá, pediu que a sociedade participe da construção da base curricular comum, especialmente os professores de escolas públicas e privadas:

Com informações da Agência Senado

66ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

12 DE NOVEMBRO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



QUATRO COMISSÕES APROVAM EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL

ACE aprovou o relatório do senador Douglas Cintra (PTB-PE) definindo as emendas do colegiado ao Plano Plurianual 2016-2019. Por sugestão dele, acatada pelos demais membros da comissão, ficou acertado o benefício com uma emenda a cada área de abrangência da CE.

Sendo assim, na área da educação, foi aceita a proposta do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), para que o próximo PPA já incorpore a meta existente no Plano Nacional de Educação (PNE), de universalização da edu-

cação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

Na área cultural, foi acatado o fomento a 8 mil Pontos de Cultura em todo o país, sugestão dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Lídice da Mata (PSB-BA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Wilder Moraes (PP-GO).

A segurança e o desenvolvimento da faixa de fronteiras foram temas que predominaram nas emendas propostas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ao projeto do Plano Plurianual da União.

A comissão aprovou ainda emenda dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Lídice da Mata (PSB-BA) para aumentar de 50% para 75% a adequação das organizações militares na Amazônia.

Outra emenda aprovada pela comissão é de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) obriga o governo a enviar ao Congresso Nacional relatório de avaliação das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do PPA.

Com informações da Agência Senado

67ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

17 DE NOVEMBRO DE 2015



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

SESSÃO TEM ADIAMENTO DE DELIBERAÇÕES

Sessão presidida pelo senador Romário teve votações e leitura de relatórios adiadas para a sessão seguinte.

Projetos de lei:

1 - PLS 184/2014 (em conjunto com PLS 187/2014)

Relator: Eduardo Amorim

2 - PLC 42/2015

Relator: Sandra Braga

Relator Ad hoc: Paulo Paim

3 - PLS 109/2014

Relator: Dário Berger

4 - PLS 305/2015

Relator: Dalirio Beber

5 - PLS 353/2015

Relator: Cristovam Buarque

6 - PLS 417/2013

Relator: Telmário Mota

7 - PLS 515/2015

Relator: Hélio José

8 - PLS 488/2015

Relator: Roberto Rocha

9 - PLC 113/2012

Relator: Lindbergh Farias

10 - PLS 138/2012

Relator: Otto Alencar

11 - PLC 50/2015

Relator: Lasier Martins

Relator Ad hoc: Ana Amélia

Requerimentos:

12 - RCE 133/2015

Requerente: Fátima Bezerra

13 - RCE 138/2015

Requerente: Telmário Mota

68ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

26 DE NOVEMBRO DE 2015



CE APROVA PLS DO SENADOR ROMÁRIO QUE CRIA DIA DE LUTA CONTRA *ELA*

O Senado aprovou em decisão terminativa da CE o projeto de lei que institui o Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), que será no dia 21 de junho. O projeto, de autoria do senador Romário (PSB-RJ), teve o apoio de mais de 3 mil pessoas, cujas assinaturas foram entregues na audiência pública sobre o tema na comissão. O PL segue agora para a Câmara dos Deputados.

“É um trabalho muito importante de conscientização da sociedade para as necessidades dos pacientes e cola-

bora com a luta pelo apoio à pesquisa e tratamentos. Os desafios de quem luta contra a ELA são enormes. Começam no diagnóstico e seguem com a ausência de terapia básica. Instituir um dia para lutar contra a ELA é informar a sociedade e buscar recursos para tratamento, pesquisa e cura da doença”, comemorou o senador.

O objetivo do projeto é estimular o governo a desenvolver ações práticas em benefício das pessoas com ELA e pesquisa clínica, mediante a interação entre pacientes, familiares, cuidadores, associações, comunidade científi-

ca, profissionais de saúde, Ministério da Saúde, universidades, indústria farmacêutica e demais setores envolvidos.

Na audiência sobre o tema, realizada no Senado no mês passado, representantes de pessoas com ELA, famílias e médicos falaram sobre a necessidade do aprimoramento do diagnóstico, da oferta de terapias multidisciplinares, de profissionais especializados e de ações concretas e desburocratizadas para os pacientes.

SENADO APROVA EM PLENÁRIO POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA SUPERDOTADOS

O Plenário do Senado irá avaliar projeto de lei que trata da identificação, do cadastramento e do atendimento de alunos superdotados ou com altas habilidades na educação básica e superior (SDC 17/2015). O texto aprovado pela CE em caráter terminativo foi o substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) e passa a incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a colaboração entre o governo federal, estados e municípios para que sejam estabele-

cidos as diretrizes e os procedimentos de identificação, cadastramento e atendimento desses tipos de aluno. O PL original é do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A proposta também determina que o poder público deverá criar um cadastro nacional de superdotados, matriculados na educação básica ou na superior, com o objetivo de que sejam fomentadas políticas públicas de desenvolvimento pleno para eles. A identificação precoce dos alunos, os critérios para inclusão no cadas-

tro e as políticas de desenvolvimento deverão ser definidas em regulamento.

Na comissão, Paim disse acreditar que o atual modelo educacional brasileiro ainda não consegue explorar com efetividade o potencial desse tipo de aluno. Os estudantes estariam em uma condição de “invisibilidade”, o que traz prejuízos para eles e para o país.

Com informações da Agência Senado.



FOTO: SHUTTERSTOCK

69ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

26 DE NOVEMBRO DE 2015



FOTO: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

CE DISCUTE AUTONOMIA NO PROCESSO DE ESCOLHA DE REITORES

Representantes da comunidade acadêmica e de pesquisa debateram na CE projeto de lei que trata do processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior PLS (379/2013). Diferentes soluções foram abordadas, entre manifestações a favor de que as instituições, de acordo com o princípio da autonomia universitária, sejam livres para escolher modelo que considere mais adequado para si, sem a necessidade de lei regulamentadora.

As alternativas citadas incluí-

ram sistema de votação direta, como ocorre atualmente em quase todas as universidades federais e institutos de ensino técnico ou com ajustes para que possa haver algum modo de participação da sociedade. Houve ainda sugestões no sentido da adoção de critérios mais exigentes para os candidatos a serem selecionados pelo voto direto ou por meio de conselhos.

Também foram mencionados modelos de seleção vigentes em universidades estrangeiras, como Oxford, na Inglaterra, em que o con-

selho elege consultoria – apenas externa ou com participação de membros da instituição – para recrutar na sociedade dirigente com experiência de gestão de organizações complexas, devendo apresentar amplos requisitos técnicos, contar com referências e participar de diversas etapas de seleção.

A audiência foi proposta pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que também dirigiu os trabalhos. Cristovam é relator do projeto que motivou o debate, o PLS 379/2013, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS).

Pelo texto, reitores e vice-reitores das universidades federais serão escolhidos por meio de votação direta e paritária, assegurada a proporção de um terço para a manifestação de cada segmento (docentes, corpo téc-

nico-administrativo e alunos).

Esse é o sistema que já vigora nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mantido no projeto de Delcídio. Não há formação de lista para a definição do presidente

da República. É nomeado o candidato mais votado.

Com informações da Agência Senado.



70^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1º DE DEZEMBRO DE 2015



BIBLIOTECAS PÚBLICAS PODEM PASSAR A TER SOFTWARES DE ACESSIBILIDADE

O uso de software em bibliotecas públicas para garantir a acessibilidade desses espaços às pessoas com deficiência visual teve a avaliação positiva dos senadores que aprovaram na CE o projeto de lei que institui o incentivo à implantação desses equipamentos (PLS 657/2015). O PL, que teve a relatoria do presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), teve três emendas relativas à redação. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

em decisão terminativa.

“A tecnologia de leitura digital pode ter contribuição decisiva para garantir não só mais educação e cultura, mas também mais autoestima e qualidade de vida às pessoas com deficiência visual. As bibliotecas públicas podem ser importantes aliados, ao lado do sistema educacional, na promoção da acessibilidade digital das pessoas com deficiência visual”, explicou Romário.

Para o senador, a tecnologia é um importante aliado para a amenizar ou mesmo superar as dificuldades

pelas quais pessoas com deficiência passam. Exemplo disso são programas de computador com adaptação de periféricos, que aumentam a capacidade de pessoas com deficiência visual, que passam a ter mais autonomia para explorar conteúdos escritos.

Segundo o autor do projeto, senador Ciro Nogueira (PP-PI), a inclusão social de pessoas com deficiência deve se focar de atenção do poder público, que tem que garantir a essas pessoas, que já têm dificuldades naturais, instrumentos que permitam

a aquisição de conhecimentos por meio da leitura.

“Uma norma legal de caráter geral que determine a adoção de pro-

gramas de computador apropriados ao uso das pessoas com deficiência visual pelas bibliotecas públicas do país poderia, assim, contribuir sig-

nificativamente para seu melhor acesso à educação e à cultura”, justificou o senador.



FOTO: SHUTTERSTOCK

71ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2 DE DEZEMBRO DE 2015

FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

CE DISCUTE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO

A importância da inclusão de pessoas com deficiência na educação e no trabalho foi tema de audiência na CE. No evento, também foi lançado o livro “Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Profissional e no Trabalho”, desenvolvido pelos doutores em educação Geraldo Caliman e Loni Manica. O lançamento e a audiência fizeram parte da programação da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, entre os dias 24 de novembro e 13 de dezembro.

A publicação sobre a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é fruto de uma pesquisa de 4 anos que aponta os limites e as possibilidades da inclusão no ensino profissional e no mercado de trabalho.

“Atualmente, 63% das pessoas com deficiência são analfabetas. Através do livro procuramos mostrar o que alunos, docentes e gestores esperam desse processo, para que a partir daí possam definir estratégias que realmente atendam o público alvo, tendo seus anseios mais legí-

timos contemplados”, explicou Loni, uma das autoras.

O educador Geraldo Caliman informou que, quando o docente entende realmente o seu papel diante um aluno com deficiência, a eficácia e os resultados do trabalho são muito maiores.

“O docente não é somente um técnico e um instrutor, ele tem que entender a importância do seu engajamento, da sua mediação, isso é fundamental para atingirmos nossos objetivos de forma correta”, disse.

O professor de software “Lei-

tor de Tela”, Valter Junior de Melo, perdeu a visão aos 22 anos e desde então trabalha no desenvolvimento de programas que possam facilitar a vida dos deficientes visuais. Ele explica que hoje já existem várias ferramentas que podem auxiliar no seu dia a dia, nos estudos, no trabalho e no lazer.

Segundo ele, o acesso à informação por meio desses programas é uma forma de devolver a ele e a todos os deficientes visuais muito do que haviam perdido. Para o professor, é ideal que as pessoas notem a importância desses softwares e o quanto

eles mudam a vida das pessoas com deficiência.

“Hoje em dia, perde-se muito tempo investindo em instrumentos que na verdade não nos trazem uma melhoria significativa. Depois que descobri os softwares que fazem leitura de tela, eu pude voltar a navegar na internet, interagir com a sociedade, entre outras tantas coisas. Não só recuperei o que havia perdido, mas muito mais do que isso. O acesso à informação, a volta ao mercado de trabalho e a capacidade de interagir com a sociedade é muito bom, nos dá esperança e força”, explicou.

O senador Romário, convidado pelos autores para escrever o prólogo do livro, encerrou a audiência com uma dedicação às pessoas com deficiência.

“Vocês fazem parte dos meus objetivos de vida, foram vocês que me ensinaram a compreender o potencial de cada indivíduo, foram vocês que me ensinaram a respeitar a diversidade e são vocês que fazem o meu mandato ter um significado vivo de que podemos fazer mais”.



FOTO: PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

72ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3 DE DEZEMBRO DE 2015



AUDIÊNCIA DEBATE A NOVA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Uma importante conquista para nosso país e para todos os deficientes, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) finalmente saiu do papel e foi tema de debate em audiência pública na CE, presidida pelo senador e relator do projeto de lei que deu origem à LBI, senador Romário (PSB-RJ).

A Lei Brasileira de Inclusão passa a valer a partir do dia 2 de janeiro de 2016 e resultará em uma série de mudanças na vida de todos os defi-

cientes. A audiência fez parte do último dia da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão nada mais é do que a adaptação da legislação ordinária à convenção, sem perder de vista a realidade brasileira. Composta por 127 artigos divididos em 2 livros ela marca um novo momento na história, as pessoas com deficiência agora passam a ter seus direitos assegurados em diversas áreas, como esportes, saúde, educação, transporte.

“A LBI é um divisor de águas, agora no nosso País existe o antes e o depois de sua criação, uma vez que ela mexe com assuntos muito importantes e fortes dentro da sociedade em geral. A questão não é saber qual o problema das pessoas com deficiência, mas sim qual o problema da sociedade, que lhes impede a plena participação social simplesmente por não aceitar diferenças”, disse Loni Manica, doutora em educação.

O assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência do gabinete do Senador Paulo Paim (PT-RS), Luciano Ambrósio Campos, participou de toda a trajetória de criação da LBI, que durou 15 anos. Ele explicou que sua criação não foi um projeto isolado, contou com a participação de diversos movimentos, pessoas com deficiência e a sociedade como um todo.

“Foi um projeto que contou com a participação e engajamento de todos. Mas na verdade o principal desafio começa em 2016, que é levar isso para a sociedade, fazer com que a sociedade se aproprie desses direitos, para que o estatuto não se torne simplesmente mais uma sigla. Ele precisa estar nas mãos de todos, nas ruas, nas

escolas e principalmente na cabeça das pessoas”, disse ele.

PARAOLIMPIADAS

O diretor de Relações Institucionais do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Luiz Garcia, também ressaltou que a LBI foi muito importante na área do esporte, pois garantiu a manutenção do Centro Paraolímpico Brasileiro, maior legado do programa para os esportes adaptados de alto rendimento, com capacidade para atender 280 atletas com 15 modalidades de alto rendimento.

“A LBI deu força para o esporte, com o Centro poderemos atender muitos deficientes e proporcionar para cada um deles uma vida melhor. Ao estarem envolvidos com o esporte

eles aprendem uma série de outras coisas muito importantes, como o cumprimento de regras, trabalho em equipe. O esporte é um grande instrumento de capacitação”, disse.

O embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis, explica que as Paraolimpíadas também agregam valor aos que decidem patrocinar esses eventos.

“O evento é bom para o País, bom para os competidores e bom para quem anuncia. Curiosamente, após as Paraolimpíadas, os anunciantes verificaram que o valor do seu *brand* cresceu muito, uma vez que o mundo inteiro já olha com outros olhos os esportes que envolvem pessoas com deficiência”, afirmou.

Com informações da Agência Senado.



FOTO: GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO

73ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE DEZEMBRO DE 2015



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

VISCONDE DE S. LEOPOLDO PODE SER INSCRITO NO LIVRO DE HERÓIS DA PÁTRIA

ACE aprovou o projeto que sugere a inscrição do nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria, mantido no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A proposta (PLC 136/2015), da Câmara dos Deputados, agora vai a Plenário para decisão final.

O relator, senador Lasier Martins (PDT-RS), em análise favorável à matéria, esclareceu que o projeto decorreu de solicitação do Instituto e da

OAB do Rio Grande do Sul, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O autor é o deputado Giovani Cherini (PDT-RS).

José Feliciano Fernandes Pinheiro, escritor, político e magistrado brasileiro, nasceu em Santos, em 1774, e faleceu em Porto Alegre, em 1847. Entre os fatos que marcaram sua vida pessoal e profissional, destacam-se sua formação em Direito, pela Universidade de Coimbra, em Portugal, e o exercício

dos cargos de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e de auditor-geral das tropas do exército pacificador.

Como ministro da Justiça, foi o responsável pela criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda. Destacou-se também como historiador, pela autoria dos Anais da Capitania de São Pedro e de um livro com suas memórias, publicado postumamente na revista do Instituto Histórico, da qual foi um dos fundadores,

José Feliciano foi deputado das Cortes da nação portuguesa por São Paulo, deputado da Assembleia Constituinte de 1823, presidente da Província do Rio Grande do Sul e membro do Conselho do Império, ocasião em que recebeu o título de visconde, conselheiro de Estado e senador do Império.

POVO CIGANO

A comissão também aprovou a realização de audiência pública para tratar da real situação dos povos ciganos no Brasil, com a participação de líderes e instituições ciganas e pesquisadores de comunidades e povos tradicionais. Em data a ser marcada, a audiência foi sugerida pelo senador Telmário Mota (PDT-RR).

Com informações da Agência Senado.



FOTO: GERALDO MAGELA / AGÊNCIA SENADO

74^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

9 DE DEZEMBRO DE 2015



APROVADO PROJETO DE INCENTIVO À CONTRATAÇÃO DE JOVENS APRENDIZES

Foi aprovado pela CE o projeto de lei (PLC 106/2013) que incentiva a contratação de jovens aprendizes nas atividades ligadas ao esporte. O projeto, que teve origem na Câmara dos Deputados, tem o objetivo de incentivar a formação profissional de adolescentes e jovens em áreas ligadas ao esporte, incluindo a gestão e a prática desportivas e a prestação de serviços na infraestrutura e na organização de eventos.

Segundo a relatora, senadora Fá-

tima Bezerra (PT-RN), desde que a proposta foi apresentada, já se passaram dois grandes eventos que justificavam sua aprovação: a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

“O Brasil é uma nação com enorme potencial esportivo, sendo que a qualificação de jovens e adolescentes em áreas relacionadas à prática de esportes, a prestação de serviços e a organização de eventos esportivos deve ser tema de interesse do Estado. É muito importante para nossos

estudantes e para o nosso país capacitar aprendizes, oferecendo-lhes formação profissional correlata à área em que atuam na empresa contratante”, explica a senadora.

Ela também afirma que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de aprendizes participantes de programas de formação técnico-profissional, em 2010, era de cerca de 196 mil. No mesmo período, se todas as empresas tivessem cumprido o percentual mínimo a ser aplicado so-

bre o número de empregados cujas funções demandassem formação profissional, haveria pelo menos 1,2 milhões de contratos de aprendizagem vigentes, isso mostra para ela a grande defasagem existente na formação técnico-profissional de jovens e adolescentes.

“Percebe-se que, se não há mais aprendizes recebendo educação

profissional adequada, não é porque a meta estabelecida não comporta todos aqueles que querem se profissionalizar. Ao contrário disso, nem mesmo o percentual mínimo exigido por lei é cumprido”, explicou.

A formação de aprendizes para as áreas pretendidas deverá ser feita em cursos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, como

atualmente ocorre. Entretanto, caso não haja disponibilidade de cursos ou vagas nos desses serviços, outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional poderão oferecer tais cursos.

Com informações da Agência Senado.



Reuniões da CE

Secretário: Willy da Cruz Moura

Telefone: 61 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II

Brasília DF - CEP 70165-900

Ala Alexandre Costa

Plenário nº 15

Expediente

Jornalista responsável: *Leticia Alcântara*

Texto: *Ana Carolina Sarres, Lenice Lengruber e Maria Carolina Lopes*

Projeto gráfico: *Fabiano Campêlo e Rafael Minervino*



MARÇO - JULHO

55^a LEGISLATURA - ANO 2015
S E N A D O F E D E R A L